



10

julho 2019

ACM

em revista

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Distribuição gratuita



COMUNICAR A DIVERSIDADE



	EDITORIAL	3
	EM DESTAQUE	4
	ENTREVISTA ESPECIAL	10
	QUEM SOMOS	13
	O QUE FAZEMOS	14
	ONDE ESTIVEMOS	16
	COMUNIDADES CIGANAS	25
	DIVERSIDADE NA EUROPA	28
	EM FOCO	30
	PROGRAMA ESCOLHAS	32
	OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES	34
	O MUNDO EM PORTUGAL	35
	CONSULTÓRIO JURÍDICO	36
	ATÉ À PRÓXIMA	38



FICHA TÉCNICA

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
 Rua Álvaro Coutinho, n.º 14
 1150-025 Lisboa

E-mail
comunicacaoacm@acm.gov.pt

Website
www.acm.gov.pt

Direção
 Pedro Calado
 (Alto-comissário para as Migrações)

Coordenação de Edição
 Pedro Calado
 Sandra Batista

Produção de Conteúdos
 Sandra Batista
 Jonas Batista

Design
 Carlos Cravo

Fotografia
 Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
 Entidades parceiras

Periodicidade
 Trimestral

Publicação/distribuição
 Em formato digital
 e impressos 1000 exemplares
 (Distribuição gratuita)

Sede de Redação
 Rua Angelina Vidal, n.º 41, 1.º
 1170-017 Lisboa



A Comunicação enquanto fator de mudança

A riqueza da diversidade e a urgência de dar vez e voz a todas as pessoas, em particular às migrantes, descendentes e ciganas são fatores imperativos para comunicar a cidadania plena numa sociedade democrática.

A aposta é comunicar, informar e sensibilizar com rigor e transparência sobre os temas, na promoção do diálogo entre culturas, etnias e religiões, bem como planear ações de literacia capazes de promover um maior espírito crítico, capacitado para fazer face à informação falsa que prolifera, sobretudo nas redes sociais.

Neste sentido, destaco a iniciativa “Prémio de Comunicação pela Diversidade Cultural”, promovida pelo ACM, desde 2015, que materializa o valor da comunicação enquanto fator de mudança capaz de influenciar a construção de sociedades mais justas e plurais.

São premiados trabalhos publicados nas mais variadas plataformas, de âmbito nacional e local, e que dão voz às comunidades migrantes e descendentes (incluindo pessoas refugiadas) e às pessoas ciganas, desconstruindo mitos, preconceitos e estereótipos; conferindo visibilidade ao contributo da diversidade e reforçando laços de pertença e de identidade que não são alheios à coesão e paz sociais. Contamos com todas as pessoas e, especialmente, com os/as profissionais da comunicação social, no reforço de políticas que permitam o acesso a novos patamares de inclusão e de participação cidadã. Só desta forma se faz o combate à discriminação, com o envolvimento de todos os setores da sociedade.

As oportunidades podem passar pelo trabalho conjunto,



ROSA MONTEIRO

SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

entre governos nacionais, autoridades locais e entidades da sociedade civil, entre profissionais da comunicação, jornalistas e comunicadores em geral, sendo importantes, nomeadamente, a constituição de grupos de trabalho e a partilha de boas-práticas, apostando-se em estratégias e campanhas de comunicação, informação e sensibilização capazes de fazer face às exigências das matérias e dos públicos. Precisamos de uma comunicação que informe com base em dados objetivos e estatisticamente válidos, que evite e denuncie perceções, regra geral discriminatórias porque desinformadas.

Precisamos também de concretizar a Recomendação da CICDR aos órgãos de comunicação social, de setembro de 2018, de Adesão ao princípio de não-referência da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem e situação documental, incluindo a gestão de comentários para evitar conteúdos racistas, xenófobos e discriminatórios, e o evitar da vulnerabilização de pessoas e grupos que partilham características protegidas.

Ainda recentemente o ACM reuniu com órgãos da Comunicação Social, com a própria Entidade Reguladora para a Comunicação Social, com o Sindicato Português dos Jornalistas e, também, com representantes do Facebook, proporcionando, inclusivamente formação a líderes associativos nestas matérias.

Precisamos de uma ação plural em que a comunicação e a informação, em todas as suas formas e suportes, sejam ferramentas de valorização do acolhimento, da integração e da diversidade entre culturas, etnias e religiões, enquanto riqueza e verdadeiro ativo das sociedades.

Por uma comunicação mais diversa e integradora

MIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO, IGUALDADE, DIÁLOGOS INTERCULTURAL E INTER-RELIGIOSO, PESSOAS MIGRANTES, DESCENDENTES, REFUGIADAS E CIGANAS... A DIVERSIDADE OFERECE-NOS UM MUNDO, ENRIQUECE-NOS... E A COMUNICAÇÃO E A INFORMAÇÃO DEVEM REFLETIR ISSO MESMO.

A Era Digital revolucionou a comunicação, alterando os seus paradigmas, e operou uma transformação importante da informação, dotando-a de agilidade, rapidez, diversidade, dinamismo e conveniência. Uma revolução e uma transformação que parecem contínuas e inacabadas, em muito potenciadas pelas plataformas em rede, em particular, pelas redes sociais, pela facilidade de utilização, velocidade de circulação de informação e o seu enorme alcance. A comunicação e a informação parecem poder ser produzidas, transmitidas e acedidas por atores diversos, em canais variados, em tempo real, em qualquer momento, em qualquer parte. A comunicação e a informação parecem estar em toda a parte. Nunca se terá produzido e disseminado tanta comunicação e informação. Nunca terá sido tão simples ignorá-las, desvalorizá-las ou desacreditá-las.

As novas formas de comunicação e informação encerram desafios e oportunidades. Comunicar e informar sobre a Diversidade, a Integração, a Igualdade, a Migração e outros temas conexos sempre foi desafiante. São assuntos complexos que podem suscitar emoções diversas e reações polarizadas.

Numa Era também de “pós-verdade” e desinformação, na qual as redes sociais têm visto aumentar a sua proeminência como atores de comunicação e de informação, controlando parcialmente o conteúdo ao qual as pessoas têm ou não acesso, os desafios são renovados e agravados, sobretudo face à conseqüente redução do peso das instituições e dos atores de comunicação e informação tradicionais, obrigando-os a adaptarem-se, desenvolvendo estratégias, meios e abordagens inovadoras.

Sensibilizar para a riqueza das diferenças, incutir o respeito pela interculturalidade e dar mais voz e protagonismo às pessoas migrantes, descendentes, refugiadas e ciganas são fatores imperativos para comunicar a Diversidade. A aposta é comunicar, informar e sensibilizar com rigor e

transparência sobre os temas, na promoção do diálogo entre culturas, etnias e religiões, bem como planejar ações de literacia capazes de promover um maior espírito crítico, capacitado para fazer face à quantidade de informações falsas que proliferam, sobretudo nas redes sociais.

Outro desafio é saber filtrar a informação e utilizá-la, de forma coerente, nos mais variados âmbitos da vida diária, individual e coletiva. Utilizar as ferramentas existentes a favor de uma comunicação mais plural, diversa e integradora para que esta seja, também, uma forma efetiva de apoio à Diversidade.



As oportunidades podem passar pelo trabalho conjunto, interinstitucional e intersectorial, entre governos nacionais, autoridades locais e entidades da sociedade civil, entre profissionais da comunicação, jornalistas e comunicadores em geral, sendo importantes, nomeadamente, a constituição de grupos de trabalho e a partilha de boas-práticas, apostando-se em estratégias e campanhas de comunicação, informação e sensibilização

capazes de fazer face às exigências das matérias e dos públicos. E, sobretudo, uma ação plural em que a comunicação e a informação, em todas as suas formas e suportes, sejam ferramentas de valorização e elevação do acolhimento, da integração e da diversidade entre culturas, etnias e religiões, enquanto riqueza e verdadeiro ativo das sociedades.



2

- + INTEGRAÇÃO
- + DIVERSIDADE
- + IGUALDADE
- + DIÁLOGO INTERCULTURAL
- + DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO
- + RESPEITO
- + JUSTIÇA
- + DIGNIDADE
- + EQUIDADE

3

DAR VOZ E PROTAGONISMO ÀS PESSOAS MIGRANTES, DESCENDENTES, REFUGIADAS E CIGANAS!

4

DAR VOZ E PROTAGONISMO À DIVERSIDADE ENTRE CULTURAS, ETNIAS E RELIGIÕES.

5

A DIVERSIDADE ENTRE CULTURAS, ETNIAS E RELIGIÕES É RIQUEZA E VERDADEIRO ATIVO DAS SOCIEDADES.

6

JUNTOS PODEMOS IR MAIS LONGE.

SUGESTÕES PARA CONTRARIAR O FENÓMENO DAS "FAKE NEWS" ("INFORMAÇÕES FALSAS") ONLINE*

Questionar a informação que consumimos. Ler a informação antes de a partilhar. Preferir *websites* e/ou perfis oficiais e seguros. Evitar *websites* e/ou perfis conhecidos por publicar informações sensacionalistas ou, mesmo, falsas. Verificar quem a publica e as suas intenções.

O nome, o domínio ou o *URL* do *website* é conhecido? A informação na seção "Sobre" é coerente?

A informação tem autor/a? Cita fontes fidedignas? Qual a data da publicação?

A informação tem erros ortográficos ou a sua formatação é incomum?

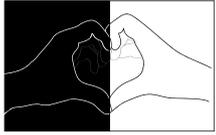
Foi publicada noutros meios digitais, como os das edições de jornais, revistas, rádios ou canais de televisão (re)conhecidos?

É neutra ou perigosa? É uma sátira/paródia ou maliciosa? É intencionalmente falsa?

Na dúvida, antes de partilhar: reler, pesquisar mais informação e/ou consultar *sites* de verificação de informação/factos/notícias. Além disso, a informação falsa pode ser denunciada. Tal como deverá ser denunciada às autoridades competentes a informação que contenha conteúdo ilegal de acordo com a lei nacional ou europeia, como aquela que veicule, nomeadamente, discurso de ódio, difamação e incitamento à violência.

*Baseado na publicação "Ethics in the News", da [Ethical Journalism Network](#); na Campanha #Back2School, do projeto [Internet Segura](#); e nas "Dicas para identificar notícias falsas" do [Facebook](#).



**CICDR**

Recomendação à adesão ao Princípio de não-referência da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem e situação documental

“[...]”

Vem a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial:

1. **Recomendar** a todas entidades públicas que evitem divulgar, em comunicações oficiais a origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem ou a situação documental quando estejam em causa ilícitos criminais ou administrativos, salvo em situações em que seja imprescindível essa caracterização para denunciar situações de racismo.

2. **Recomendar** aos órgãos de comunicação social, sempre num quadro de respeito pela respetiva independência editorial, que nos conteúdos informativos omitam a referência à origem étnica e racial, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, ou situação documental, exceto quando seja um eixo essencial indispensável da notícia, devendo nesse caso ficar claro o motivo pelo qual a referência é imprescindível.

3. **Recomendar** aos órgãos de comunicação social e todas as entidades que divulguem conteúdos informativos nos sítios da Internet, que adotem mecanismos de gestão dos comentários, de forma a evitar a propagação de conteúdos racistas, discriminatórios, xenófobos e ofensivos da dignidade da pessoa humana, nos espaços pelos quais são responsáveis.

4. **Incentivar os meios de comunicação** – respeitando a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão – a tomarem medidas de autorregulação, garantindo que a informação e os programas que publicam ou transmitem não contribuem para a vulnerabilização das vítimas e alimentem um clima de hostilidade para com os indivíduos que partilham características protegidas designadamente origem étnica e racial, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem e situação documental.

5. **Convidar os editores** dos diferentes meios de comunicação social a ponderarem, sem prejuízo da sua independência editorial, o peso conferido no espaço mediático a ações potenciadoras de estigmas e do reforço de preconceitos,

aquando da utilização nas notícias a referências a origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, situação documental.

6. **Recomendar** aos intervenientes públicos e privados que tenham em atenção a utilização de imagens, suscetíveis de transmitir ou reforçar estereótipos e generalizações sobre comunidades e pessoas de origem étnica e racial, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, ou situação documental.

7. **Incentivar os responsáveis máximos de todas as entidades** a criar códigos de boas-práticas incluindo o princípio da não-referência à origem étnica e racial, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, situação documental nas comunicações oficiais e internas.

8. **Recomendar** a autoconsciencialização das figuras públicas no sentido de, nas suas declarações, se absterem de adotar discursos que possam instigar a proliferação de racismo e de preconceitos.

9. **Sensibilizar** todas as pessoas para que se abstenham de divulgar, difundir e partilhar conteúdos de cariz preconceituoso e discriminatório, bem como de tecer comentários ofensivos.

10. **Mandar** o secretariado da CICDR para que, sempre que tenha conhecimento da utilização de referências à origem étnica e racial, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, situação documental nos conteúdos informativos de fontes oficiais, incluindo nos meios de comunicação social tradicional e *online*, notifique os responsáveis desta Posição da CICDR, convidando-os a aderir a este **princípio de não-referência da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, situação documental**.

Apreciado e aprovado por unanimidade em reunião Plenária da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial de 28 de setembro de 2018. [...]”

Recomendação integral em www.cicdr.pt

A Diversidade numa frase!

OS/AS VENCEDORES/AS DA EDIÇÃO DE 2018 DO PRÉMIO DE COMUNICAÇÃO “PELA DIVERSIDADE CULTURAL” ACEITARAM O DESAFIO LANÇADO PELA ACM EM REVISTA DE, APENAS NUMA FRASE, DIZER COMO A DIVERSIDADE DEVE SER COMUNICADA.



Vânia Maia

Prémio Diversidade Cultural (ex aequo) e Prémio Imprensa Escrita

“A diversidade deve ser comunicada como fazendo parte de todos nós, sobretudo quando nos vemos ao espelho. Afinal, os Outros somos nós.”

Prémio Diversidade Cultural (ex aequo) e Prémio Rádio

“A diversidade deve ser comunicada com atenção às diferenças no mundo, com sensibilidade para avaliá-las e com cultura para entendê-las.”



Cláudia Aguiar Rodrigues

Prémio Televisão

“Só comunicaremos corretamente a diversidade, no dia em que deixarmos de pensar como a devemos abordar, transmitir e/ou retratar.”



Sandra Vindeirinho

Prémio Fotojornalismo

“Comunicar a diversidade é ter um espaço aberto de oportunidades para que cada um possa exprimir as suas ideias, os seus traços, personalidades, orientações, vocações, crenças e diferenças, que mais não são do que a marca de que vivemos, finalmente, num mundo livre que, afinal, é igual e aceite por todos.”



José Sena Goulão

Prémio Órgãos de Informação Regionais e Locais (ex aequo)



Joaquim Dâmaso



Marina Guerra

“A melhor comunicação é aquela que chega a todos e abrange o global. Comunicar outras culturas, que estão e vivem ao nosso lado, diariamente, é também uma forma de nos enriquecermos, de valorizarmos o outro e de promover a diversidade de forma igual.”

“A diversidade está no nosso ADN. Somos todos diferentes, num entanto, somos todos iguais! Todos nós e apesar das nossas diferenças aparentes podemos e devemos estar de bem com a nossa natureza.”

Prémio Diversidade nos Guiões

“Atravessar o Mundo é ser atravessado pelo diverso, pelo Outro, o desconhecido. Ansiámos por ele, tememos por ele. O outro lado deixou-nos entrar nele e nós, que já éramos o fim deste lado do mundo, o fim da rota dos outros, ficámos com a maior capacidade e a maior responsabilidade de quem sabe o que é partir e receber”



Margarida Gil

“Creio que há uma perfeição própria na diversidade humana: a promessa de uma comunidade, de um encontro. Isto é, a vida torna-se sempre mais rica e bondosa dentro da multiplicidade, da diversidade.”



Rita Benis

Prémio Órgãos de Informação Regionais e Locais (ex aequo)

“A diversidade deve ser comunicada numa linguagem simples, acessível, exaltando a história e fugindo de filtros e estereótipos; acrescentando em vez de subtrair.”



Daniela Castro Soares

Menção Honrosa Prémio Diversidade nos Guiões

“A diversidade deve ser comunicada de forma construtiva, simples e clara, para facilmente ser entendida pelas pessoas e para as sensibilizar para a necessidade de criarmos uma sociedade inclusiva, onde tenhamos lugar.”



Henrique Marques



**SOFIA BRANCO,
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS**



"A formação para jornalistas nesta área deve ser contínua"

COMO DEVE A DIVERSIDADE SER COMUNICADA PELOS *MEDIA*? QUAIS OS GRANDES DESAFIOS E OPORTUNIDADES COM QUE SE DEPARAM OS/AS COMUNICADORES/AS? HÁ UMA MAIOR SENSIBILIDADE PARA O TEMA? A PRESIDENTE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS, SOFIA BRANCO, ABORDA ESTAS E OUTRAS QUESTÕES EM ENTREVISTA ESPECIAL.

P: Como caracterizaria a Comunicação da Diversidade produzida e difundida pelos *media* em Portugal? E a nível europeu?

R: Persiste uma subrepresentação mediática de vários grupos, alvo de discriminações ou estereótipos, das mulheres às minorias étnicas, passando por migrantes e refugiados. A nível europeu, este tema tem sido objeto de estudos, como é o caso do *Migrants and ethnic minorities are underrepresented in media* e projetos dirigidos a jornalistas, como por exemplo, o *MEDIANE – Media in Europe for Diversity Inclusiveness*.

P: Quais os seus maiores desafios? E oportunidades?

R: Os constrangimentos de tempo e de ritmo que condicionam a forma como se exerce o jornalismo – ainda que às vezes me pareça que a rapidez acaba por encobrir a preguiça do hábito. Os meios de comunicação social são muito resistentes à mudança e preferem jogar pelo seguro, ouvindo os mesmos, sobre tudo. O maior desafio é, por isso, a diversificação das fontes (só um em cada cinco dos especialistas ouvidos pelos meios de

comunicação social é uma mulher, por exemplo) e dar voz a quem não tem voz (caso, em grande medida, das comunidades migrantes e das minorias étnicas, que são sujeitos de notícia raras vezes e nem sempre enquanto fontes de conhecimento).

P: Neste contexto, de constantes desafios e oportunidades, o que já foi feito ou está a sê-lo? E o que haverá ainda a fazer?

R: A Federação Europeia de Jornalistas, na qual o Sindicato dos Jornalistas é filiado, tem várias campanhas sobre estas questões (por exemplo, #MediaAgainstHate). Há sempre muito a fazer ainda – por exemplo, garantir que estas questões fazem parte da formação dos/as futuros/as jornalistas e da formação contínua dos/as jornalistas no ativo; adotar códigos de ética e conduta que são respeitantes do princípio de que o/a jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas, seja por que motivo for.

P: Existe, entre os/as jornalistas em exercício no país, uma maior sensibilidade para a Diversidade? É esse sentimento proporcional à qualidade da comunicação transmitida? E é partilhado pelas chefias?

R: Há que registar alguma evolução positiva, nalguns *media*, mas que ainda se deve, sobretudo, aos esforços e ao comprometimento de certos/as jornalistas e não tanto das chefias – editores e diretores.

P: Destacaria qualquer boa prática?

R: Há alguns, poucos ainda, exemplos de projetos que pretendem promover a diversidade de olhares. Destaco as Bolsas de Criação Jornalística atribuídas pela Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) a projetos jornalísticos de parceria entre jornalistas portugueses e jornalistas de países africanos.

P: Ainda assim, a capacitação para a Diversidade, tanto de profissionais dos *media* como da sociedade em geral, continua a ser um imperativo?

R: Sem dúvida.

P: Há interesse em estender ações de formação como o seminário "Refugiados – realidade e mitos", organizado

“A FORMAÇÃO PARA JORNALISTAS NESTA ÁREA DEVE SER CONTÍNUA E PROPOSTA DE FORMA TRANSVERSAL A TODA A IMPRENSA, 'OBRIGANDO' AS CHEFIAS A PARTICIPAREM, PORQUE SÓ ASSIM SE PODERÁ COMEÇAR A MUDAR ALGO QUE É ESTRUTURAL.”

pela LUSA em 2018 para os/as seus/suas profissionais, a outros públicos? Quais? E em abordar outros temas relacionados com o da Diversidade?

R: Creio que sim, mas tenho dificuldade em identificar públicos que não conheço bem. A formação para jornalistas nesta área deve ser contínua e proposta de forma transversal a toda a imprensa, “obrigando” as chefias a participarem, porque só assim se poderá começar a mudar algo que é estrutural.

P: Passará a capacitação da sociedade em geral por programas como o de "Literacia para os *Media*"? Em que moldes?

R: Acredito que sim. Envolvendo os/as jornalistas na educação para os *media* para toda a sociedade.

P: Por fim, de modo mais sucinto ou, se preferir, esquemático, como deve a Diversidade ser comunicada nos e pelos *media*?

R: Infelizmente, o jornalismo contribui muito mais, ainda, para reproduzir estereótipos do que para os contrariar,

contestar, eliminar. Contrariar esta tendência exige um esforço de todos – do Estado, da sociedade civil e da academia, dos meios de informação e dos/as jornalistas. Instituições como o ACM devem capacitar as comunidades mais vulneráveis para comunicar, serem sujeitos ativos, e não passivos, de informação. Ao mesmo tempo, é preciso dar-lhes visibilidade, revelando histórias de sucesso e boas-práticas (por exemplo, elaborar uma base de dados com pessoas de minorias étnicas competentes em várias áreas, com contactos que os jornalistas possam utilizar). Seria também interessante que propusessem ações de formação nas redações e incluindo as chefias.



BERILL BARANYAI
 NÚCLEO DE APOIO ÀS COMUNIDADES CIGANAS (NACI)



“A INTERCULTURALIDADE E A DIVERSIDADE SEMPRE ESTIVERAM EM FOCO NOS MEUS ESTUDOS E TRABALHO”

“Nasci e estudei na Hungria. Sou licenciada em Sociologia, pela Universidade de Szeged, e estou prestes a receber o Diploma em Antropologia Cultural, pela Universidade de Eötvös Loránd, de Budapeste. A minha tese final de curso foi centrada no trabalho de campo que realizei nas favelas de São Paulo, Brasil. Posso dizer que a interculturalidade e a diversidade sempre estiveram em foco nos meus estudos e trabalho.

Depois de ter concluído a licenciatura, comecei a trabalhar numa organização não-governamental, na Hungria, em Projetos de Mobilidade para jovens oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis.

Vivo em Lisboa há 11 anos e trabalho há oito anos no ACM, na área de apoio às Comunidades Ciganas. Durante este período, participei em várias atividades nacionais e internacionais. Dessas destaco: o Projeto Mediadores Municipais, do Programa ROMED do Conselho da Europa; o Projeto Net-Kard, da Fundación Secretariado Gitano, que teve como principais objetivos facultar recursos para a prevenção da discriminação contra as comunidades ciganas, assim como promover mecanismos e metodologias de trabalho em rede entre os diferentes intervenientes, entre eles jornalistas e outros profissionais da comunicação; o Programa Mais Líderes – Jovens Cigan@s. E aqueles que têm em comum a valorização da diversidade cultural e a sensibilização para a importância da identidade de pessoas de culturas diferentes.”

PÉRICLES PINA
 GABINETE DE APOIO À COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (CICDR)



“O DESEMPENHO DESTA FUNÇÃO TEM SIDO UM DESAFIO”

“Sou licenciado em Direito e iniciei funções no ACM, em fevereiro de 2015, como jurista no Gabinete Jurídico de Apoio aos Migrantes, o que me possibilitou um contacto mais próximo com as pessoas migrantes e uma maior perceção das realidades culturais e sociais dos que procuram os serviços disponibilizados nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes.

Em dezembro de 2015, abracei a oportunidade de integrar o Gabinete Jurídico de Apoio à CICDR, onde tramito processos de discriminação com base na origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem. O desempenho desta função tem sido um desafio, na medida em que não só envolve uma vertente de rigorosa análise técnico-jurídica de casos concretos, como, atendendo à sensibilidade das matérias, estimula o aperfeiçoamento do conhecimento dos diferentes contextos socioculturais, para que melhor possa compreender as problemáticas associadas aos casos que lhe são confiados.

Além disso, tenho tido a grata satisfação de dinamizar ações de sensibilização e de formação tendentes à contínua consciencialização e promoção de um diálogo assente no respeito pela diversidade e pela igualdade. Acredito ser esta a chave-mestra para gerar um maior conhecimento, promover valores comuns, quebrar atitudes e comportamentos preconceituosos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa.”



Comunicar, Informar, Sensibilizar

É ESTE O LEMA QUE, EM MATÉRIA DE COMUNICAÇÃO, ORIENTA O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ACM, NO SENTIDO DE VALORIZAR E POTENCIAR O ACOLHIMENTO, A INTEGRAÇÃO E A DIVERSIDADE ENTRE CULTURAS, ETNIAS E RELIGIÕES, ENQUANTO RIQUEZA E VERDADEIRO ATIVO DA SOCIEDADE PORTUGUESA.

O ACM orienta a ação que desenvolve na área da comunicação pela máxima “Comunicar, Informar, Sensibilizar”, em prol de uma sociedade mais diversa e integradora.

Comunicar o trabalho desenvolvido pelo Instituto, pelos Conselhos e Equipas de Projeto; pelos parceiros, públicos e privados, nacionais e internacionais, e da sociedade civil.

Informar, em particular, as pessoas migrantes, descendentes, refugiadas e ciganas sobre os seus direitos e deveres; e partilhar a informação com a sociedade em geral.

Sensibilizar todos e todas para a importância do acolhimento, da integração e da diversidade entre culturas, etnias e religiões, e dos diálogos intercultural e inter-religioso, numa promoção constante da igualdade e acautelando sempre qualquer forma de discriminação.

Para tal, o ACM não só produz e dissemina, como promove a produção e disseminação de, conteúdos, materiais e ferramentas informativos, de comunicação e sensibilização, nos formatos impresso e digital, fundados na sua missão e

atribuições e destinados aos seus diferentes públicos-alvo, entidades parceiras, nacionais e internacionais, e demais públicos com interesse nas temáticas conexas às áreas de ação do Instituto.

Conteúdos e materiais, que compreendem brochuras temáticas e não temáticas, desdobráveis, *flyers*, cartazes, *Kits* – por exemplo, o *Welcome Kit* para pessoas refugiadas –, imagens, *banners*, capas e vídeos para as redes sociais. Tal como incluem ainda outras configurações para iniciativas pontuais do ACM, ou em parceria, como o ACM Fora de Portas e o Festival Escolhas, o Encontro Anual do Programa Mentores e o Encontro Inter-religioso de Jovens (MEET IR), nomeadamente convites, programas e elementos informativos, decorativos ou de sinalização de espaços.

A divulgação dos materiais impressos faz-se nos três Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes e nos, agora, 100 Centros Locais com o mesmo fim, bem como por intermédio de várias entidades da sociedade

civil. Já os digitais são partilhados no portal institucional (www.acm.gov.pt), nos *sites* das Equipas de Projeto e de Programas – designadamente www.om.acm.gov.pt, www.obcig.acm.gov.pt, www.programaescolhas.pt, <https://mentores.acm.gov.pt/home>, <http://ppt.acm.gov.pt/> e <https://pptonline.acm.gov.pt/> – e nas redes sociais como, por exemplo, as páginas de Facebook (www.facebook.com/ACMigracoes e www.facebook.com/programa.escolhas.3) e canais de YouTube do ACM e do Programa Escolhas.

Mais recentemente, a comunicação, a interação e a participação passaram também a ser realizadas através de duas ferramentas digitais criadas e disponibilizadas pelo Instituto: a *app MyCNAIM* e a *Fórum Migrante*. A primeira está disponível nas lojas da Google e da Apple, e a segunda está acessível em <https://forummigrante.acm.gov.pt>. As duas plataformas foram desenvolvidas no contexto do projeto *MyCNAIM*, cofinanciado pelo Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA 2020) e pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Para promover a diversidade e a disseminação de boas práticas nos *media* e junto de profissionais de comunicação e jornalismo, o ACM organiza o concurso anual Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural” e ações de formação sobre o tema, como a sessão “Ferramentas e Recursos para a gestão da diversidade cultural nos *media*”, coorganizadas em parceria com o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (CENJOR) e, mais recentemente, com o Sindicato de Jornalistas (SJ).

Sinergias que, perante os desafios e oportunidades da era atual, têm sido renovadas e estendidas a outras entidades competentes nas áreas da comunicação e do jornalismo para, sobretudo, incentivar o trabalho conjunto na promoção da igualdade e na sensibilização pública sobre migração, integração e diversidade. Disso são exemplo os encontros com a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, representantes da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), SJ e três principais serviços nacionais de radiodifusão; ou a reunião com a equipa do Facebook *Iberia*, que culminou com o convite ao ACM para integrar o Grupo de Trabalho sobre discurso de ódio *online*, gerido pelo Facebook e autoridades nacionais.

Além daquele, o ACM integra e participa igualmente nas atividades de outros grupos de trabalho na área da Comunicação de entidades internacionais, tais como o *Working Group on Communication Strategies and Practices da Equinet – European Network of Equality Bodies* e o *da Network of Communication Officers on Migration (NETCOM)* da OCDE.

Distinções ACM

O ACM venceu o **Prémio de Serviço Público das Nações Unidas**, o mais prestigiado reconhecimento internacional de excelência em serviços públicos, pela experiência de governança intersetorial dos seus **Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)**, criados, em 2004, para dar resposta às diferentes necessidades dos/das migrantes nos seus processos de integração em Portugal. A distinção foi entregue ao Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, e à Vogal do Conselho Diretivo do ACM, Romualda Fernandes, em cerimónia realizada a 24 de junho, Dia do Serviço Público da ONU, em Baku, República do Azerbaijão.

Para Pedro Calado, este é “um prémio de muita gente, nomeadamente dos e das que diariamente respondem nos três CNAIM e nos 100 CLAIM a todos quantos procuram em Portugal o seu projeto de felicidade. Um prémio de todos e de todas as que nos últimos 15 anos ajudaram a erigir estas redes de apoio. Um prémio para todos e todas as governantes que percebem, de forma consensual, e procurando sempre construir a partir de um legado sucessivo de melhorias, que as Migrações são uma oportunidade. Um prémio, acima de tudo, para as cerca de 420.000 pessoas migrantes que residem no nosso Portugal. Parabéns Portugal”.

Os CNAIM são cofinanciados pelos Fundos Europeus, Estruturais e de Investimento (FEEI), através do Portugal 2020, por via do Fundo Social Europeu (FSE - Programas Operacionais Inclusão Social e Emprego, Programa Operacional Regional de Lisboa e Programa Operacional Regional do Algarve) e do FEDER (Programa Operacional Compete 2020).

Em julho, o ACM foi contemplado com uma outra distinção: o 1.º Lugar na categoria de Empreendedorismo Inclusivo e Responsável, na fase nacional dos **Prémios Europeus de Promoção Empresarial**, promovidos pela Comissão Europeia, através do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI).

A estratégia de apoio ao empreendedorismo migrante do ACM, que esteve em destaque neste reconhecimento, é desenvolvida, através do **Projeto de Promoção do Empreendedorismo Migrante (PEI)** e do **Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo Migrante (GAEM)**, tendo sido recentemente referenciada como uma boa prática no manual para profissionais “**Measures to support early-stage migrant entrepreneurs**”, produzido no âmbito do **Projeto Migrant Entrepreneurship Growth Agenda**, do **Migration Policy Group (MPG)**.



Um Festival de energia Escolhas

A MOSTRA COLETIVA DE TALENTOS E DE ATIVIDADES LEVOU MAIS DE 4.000 PARTICIPANTES À COSTA DE CAPARICA. DURANTE OS TRÊS DIAS DO FESTIVAL, FOI MUITA A PARTILHA, A APRENDIZAGEM E O CONVÍVIO, SEMPRE COM, AINDA MAIS, ENERGIA ESCOLHAS.

4.200 visitantes. 281 atividades. 25 concertos. 15 *workshops*. 8 *open talks*. São alguns dos números do Festival Escolhas, promovido pelo ACM, através do Programa Escolhas (PE), que decorreu nos dias 5, 6 e 7 de julho, na Costa de Caparica. *Maravilhoso, fantástico, top* são as palavras de alguns/algumas dos/as jovens que por lá passaram para o descreverem.

A inauguração da mostra coletiva de talentos e atividades, que deu voz e palco às jovens e aos jovens dos diferentes projetos do Programa Escolhas, coube à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva. Neste momento participaram também a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa

Monteiro, a Presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros, e o Alto-comissário para as Migrações e Coordenador Nacional do Programa Escolhas, Pedro Calado. Os dinamizadores comunitários, Luísa Mucauro e Filipe Lopes, dos projetos Escolhas.VA.2835 - E7G e Zona Z - E7G, respetivamente, guiaram a comitiva numa visita ao recinto, localizado entre o parque de campismo e a praia de S. João. Um espaço composto por 57 *stands*, dois palcos, uma zona de *workshops* e *open talks*, bem como uma tenda dedicada ao PE. Uma área em que os edifícios de apoio foram intervencionados pelo artista Gonçalo Mar, que também partilhou a sua arte em várias ações de grafíti. Durante os três dias, em 52 *stands*, os/as jovens e respetivas



equipas técnicas de 101 projetos Escolhas da 7.^a Geração dinamizaram 281 atividades didáticas e lúdicas: de sessões de robótica educacional, cozinha, bijuteria e artes plásticas; a ações de sensibilização para, por exemplo, a igualdade de género, a cidadania e a ecologia; passando por pinturas faciais, jogos tradicionais, fotografia e vídeo. Nos outros cinco *stands* promoveram-se algumas das áreas de intervenção do ACM – diálogo intercultural, comunidades ciganas e empreendedorismo migrante – e um dos seus mais recentes serviços, o CNAIM Móvel – uma medida Simplex concretizada num serviço móvel de atendimento do CNAIM em locais onde não existe a presença física deste Centro; tanto quanto as iniciativas do INATEL. Tudo, sempre e muito bem, acompanhado por música e dança de vários ritmos, estilos e géneros.

Zumba, sevilhana, kuduro, *afro house*, tradicional, percussão, balada, *rape* eletrónica, foram alguns dos sons e movimentos que se estenderam aos palcos principais e secundário. Por eles passaram nomes consagrados da música nacional, como Da Chick e Jimmy P, bem como muitos talentos oriundos de projetos Escolhas, nomeadamente Studio Bros, Lukanu Mpasi, Tuna Santo António Pontes de Inclusão - E7G, Maya Street Dance, Wine TKK, Kinzonzy, BKS N e convidados, Dariana Costea e Kristi G.

Além disso, houve também lugar à reflexão em sessões sobre: “Perigos *online* – exposição e partilha excessiva nas redes sociais”, com o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ); “Não ao Discurso de ódio!”, pela Amnistia Internacional; “Competir ou *Coopetir*”, com a Fundação Benfica; e a “Sustentabilidade na moda”, pelo BCSD Portugal. E, no mesmo espaço, os atletas José Reis e Jorge Pina inspiraram com as suas histórias de vida. Paralelamente, a praia de São João acolheu atividades ambientais, aulas de *surf*, jogos de voleibol, futebol, rãguebi e *badminton*.

No final, o balanço de três dias de muita partilha, aprendizagem e convívio, de um Festival de energia Escolhas, só podia ser: “Maravilhoso!”, “Fantástico!”, “Top!”. “Bora Programa Escolhas!”

O Festival Escolhas foi promovido pelo ACM, com o apoio da Fundação INATEL e da Câmara Municipal de Almada, e cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do POISE, do POR Lisboa e do CRESCE Algarve.

Saiba mais em www.programaescolhas.pt e www.acm.gov.pt



Patrocinada por:



Cofinanciado por:



Com o apoio de:



Instrumentos para prevenir e combater o discurso de ódio na Internet

OS RECURSOS E OS MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO NA INTERNET FORAM O FOCO DAS DUAS AÇÕES PROMOVIDAS PELO ACM, EM PARCERIA COM O FACEBOOK. NA SESSÃO INAUGURAL, EM LISBOA, A SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DESTACOU A IMPORTÂNCIA DESTAS INICIATIVAS E DA COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE.



O ACM, em parceria com o Facebook, realizou nos dias 15 e 16 de julho, em Lisboa e no Porto, duas ações de formação sobre “Prevenção e Combate ao Discurso de Ódio na Internet e Facebook”. Inserida no âmbito da prevenção e combate à discriminação racial, a iniciativa contou com as intervenções da Secretária de

Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, do Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, e de representantes do Facebook. Nos dois momentos, participaram Conselheiros/as da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), dirigentes e representantes de associações de pessoas

migrantes, refugiadas e das comunidades ciganas, de entidades públicas e privadas parceiras do Instituto.

Com o objetivo de reforçar as estratégias de prevenção e combate ao discurso de ódio, as duas sessões simbolizaram “um passo importante para nos munirmos de recursos que nos permitam melhor cumprir a nossa missão”, referiu a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade. Na sessão inaugural em Lisboa, Rosa Monteiro sublinhou ainda a relevância do espírito de cooperação interinstitucional da iniciativa “porque em políticas de âmbito transversal, todas as Organizações contam, seja pela natureza de cada uma das entidades aqui representada, seja pelo cunho agregador das nossas intervenções conjuntas”.

Uma atuação plural, subscrita pelo Alto-comissário para as Migrações, e o representante do Facebook para Portugal e Espanha, Guillermo Serrano, que assume particular pertinência num momento em que se assiste à proliferação do discurso de ódio nos meios digitais e, por conseguinte, ao crescimento exponencial de queixas recebidas pela CICDR em função de conteúdos e expressões divulgados na Internet. De acordo com o último “[Relatório Anual sobre a situação da Igualdade e Não Discriminação Racial e Ética](#)”, num universo de 346 queixas recebidas, 49 respeitavam a Internet e o campo “Media Social/Internet” ocupava a segunda posição, como a área de discriminação com maior número de queixas, ultrapassada apenas pelo “Comércio”.

Iniciativas como estas são, também por isso, mais um exemplo da aposta na prevenção, na sensibilização e na formação, às quais se somam, nomeadamente, a campanha “Liberdade de Expressão não é Liberdade de Opinião” e a [Recomendação à adesão ao Princípio de não-referência da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem e situação documental](#), produzidas pela CICDR.

Além dos Padrões da Comunidade, as duas representantes do Facebook presentes no evento dinamizaram *workshops* centrados em como denunciar o discurso de ódio naquela rede social e em como criar e divulgar contranarrativas para o combater, desafiando os/as participantes a juntarem-se em grupos e a criarem campanhas. Já os mitos e os factos sobre migrações e comunidades ciganas, bem como os mecanismos legais de combate à discriminação racial em Portugal foram abordados pelo Diretor do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes do ACM e pela Coordenadora do Gabinete de Apoio à CICDR.

Resultados da cooperação interinstitucional

A realização das duas ações de formação, em parceria com o Facebook, foi fruto de um trabalho conjunto estabelecido recentemente para a determinação de formas sistemáticas de colaboração no combate ao ódio naquela plataforma e à promoção de estratégias de discurso não discriminatório. A sinergia, fundada no aumento, registado em 2017, das reclamações por aqueles discursos nas redes sociais, incluindo o Facebook, materializou-se numa primeira reunião entre a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, o Alto-comissário para as Migrações, representantes do gabinete de apoio à CICDR e do Facebook *Iberia*. Um encontro que culminou no convite ao ACM para integrar o Grupo de Trabalho sobre discurso de ódio *online*, gerido pelo Facebook e autoridades nacionais.

A mesma origem teve a reunião proposta pelo ACM com a CICDR, representantes da ERC, SJ e RTP, com o objetivo de promover uma reflexão sobre o papel da comunicação social em matéria de prevenção e combate à discriminação racial. No seu seguimento, entre outras, está em planificação a realização conjunta de ações de literacia, em todo o país, dirigidas a profissionais de meios de comunicação social nacionais, regionais e locais. Além da sensibilização, espera-se que, a partir do teor das sessões, sejam criados instrumentos de trabalho que apoiem a consciencialização para a temática e promovam os princípios orientadores da igualdade.

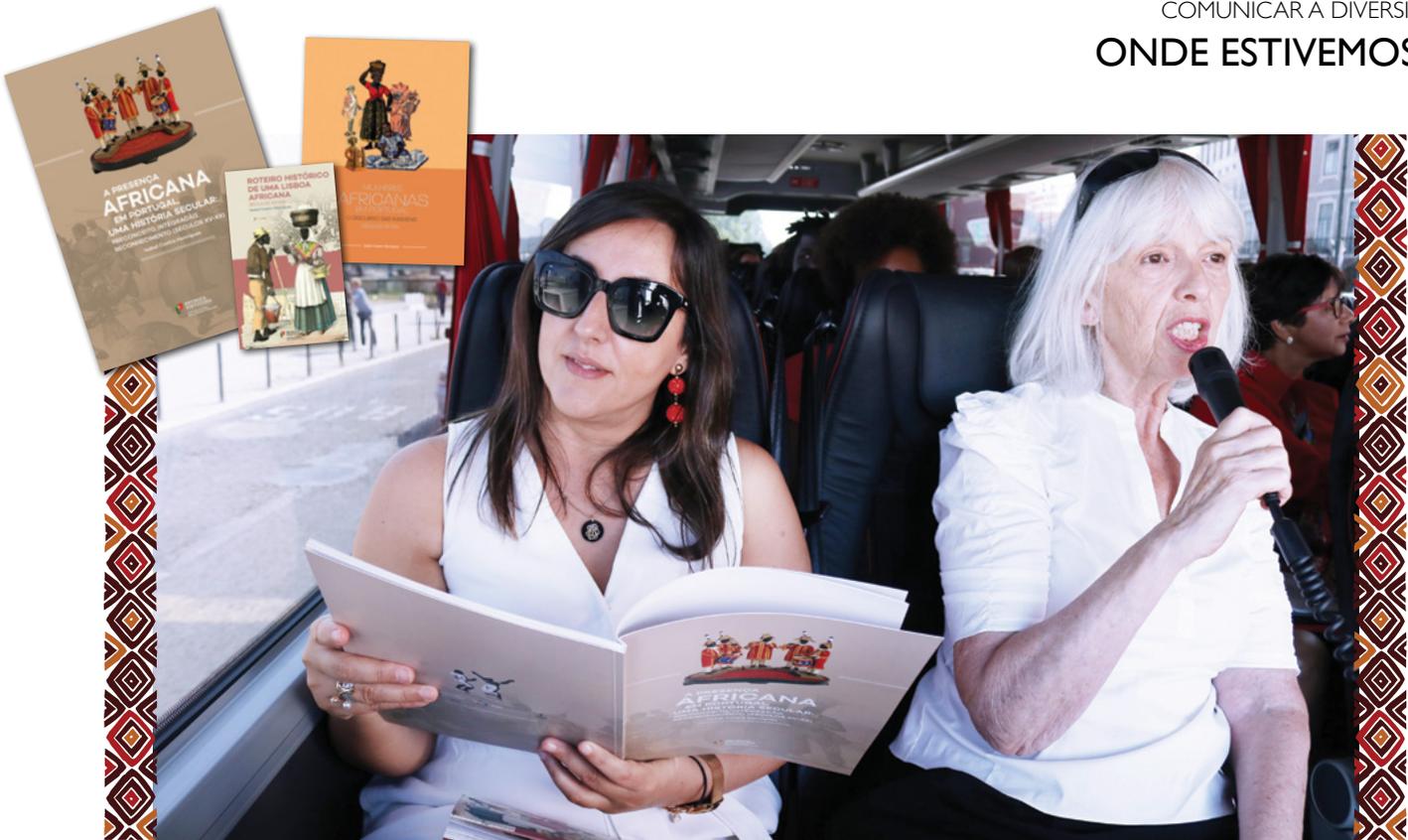
1.º Dia Nacional para a Eliminação da Discriminação Racial

“Liberdade de Expressão não é liberdade de Opinião” é o mote da campanha lançada pela CICDR para assinalar o 1.º Dia Nacional para a Eliminação da Discriminação Racial, a 21 de março de 2019. Além da disseminação de cartazes digitais no Facebook, um dos quais relativo às formas de denúncia de conteúdo ofensivo naquela rede social, a efeméride foi celebrada também com uma sessão pública sobre Discriminação em razão da origem Racial, Étnica ou Migratória, promovida por aquela Comissão e o Observatório das Migrações, equipa de projeto do ACM. A iniciativa decorreu no Auditório do CNAIM de Lisboa e contou com as intervenções da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva, e da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro. O programa incluiu ainda a apresentação do **Boletim Estatístico OM #5, da Coleção Imigração em Números OM**, centrado no tema "Discriminação em razão da origem racial, étnica ou migratória nos países da União Europeia: perceções e experiências reportadas em inquéritos" e um debate sobre o assunto da sessão.

Recorde-se que o Parlamento Português, empenhado nos compromissos de erradicar a discriminação racial, aprovou no dia 26 de abril de 2018, por unanimidade, 21 de março como o Dia Nacional para a Eliminação da Discriminação Racial (**Resolução da Assembleia da República n.º 140/2018**). Esta é também a data do **Dia e da Semana Internacional**, com o mesmo propósito, instituídas pela ONU.

Novas competências na comunicação da Diversidade

O ACM participou, entre 11 e 13 de fevereiro, em Sófia, na Bulgária, na formação “*Training on Narrative Building & Story-telling*”, promovida pela [Equinet – European Network of Equality Bodies](#), que o Instituto integra. A formação de dois dias teve como objetivo o desenvolvimento de competências para construir narrativas e contar histórias direcionadas para a mudança social. E, assim: entender a história como uma teoria de mudança; praticar narrativas de enquadramento; identificar histórias nas suas áreas de intervenção; e desenvolver relatos próprios. A iniciativa incluiu uma reunião do Grupo de Trabalho “*on Communication Strategies and Practices*” da Rede que, além da partilha das atividades desenvolvidas pelos organismos nacionais no domínio da igualdade, compreendeu uma introdução à “*hoped-based communication*”, bem como exemplos de campanhas positivas de sucesso. O ACM deu continuidade a esta primeira experiência ao participar, a 6 de julho, em Lisboa, no *workshop* “*Hope-Based Communications: Using values-based messaging and narrative change strategies to advance the cause of Human Rights*”. Organizada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), a oficina foi essencialmente prática, com exercícios conjuntos baseados na concretização de ideias, promotoras de novas interações, de técnicas simples e reutilizáveis, capazes de gerar novas mensagens positivas. Divulgar ferramentas práticas de implementação de estratégias de comunicação, baseadas em narrativas para a mudança de atitudes e de debates, foi o objetivo da ação. O ACM interveio ainda, no dia 7 de maio, em Paris, no encontro da *Network of Communication Officers on Migration (NETCOM)*, da OCDE, que reúne, anualmente, oficiais de comunicação e assessores políticos a exercer funções em ministérios e agências de países-membros daquela Organização. Nesta segunda reunião do grupo foram apresentadas as tendências da opinião pública sobre imigração e integração, debateu-se a comunicação realizada a nível local, os respetivos desafios e oportunidades, e a questão dos conteúdos negativos disseminados, em particular, nas redes sociais. Além disso, foi lançado o *site* da NETCOM *Communicating on Migrant Integration*, dedicado à partilha de artigos e de boas-práticas. No final, os/as participantes compartilharam conceitos, ideias e experiências numa sessão dedicada à elaboração de uma estratégia de comunicação para as plataformas digitais.



Elevar o Legado e a Presença de Afrodescendentes

O LANÇAMENTO DE TRÊS PUBLICAÇÕES E UM SEMINÁRIO INTERNACIONAL, QUE INCLUIU UMA FORMAÇÃO, SÃO AS ATIVIDADES EM DESTAQUE DESENVOLVIDAS PELO ACM, EM 2019, NO ÂMBITO DA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES DAS NAÇÕES UNIDAS, PARA DAR MAIOR VISIBILIDADE AO TEMA.

O ACM tem desenvolvido várias ações, no âmbito da [Década Internacional de Afrodescendentes das Nações Unidas \(2015-2024\)](#), inscritas num plano de atividades nacional que desenhou, em concordância com as recomendações internacionais, para dar maior visibilidade a esta temática e promover uma estrutura mais organizada e sistemática ao longo da Década. E, assim, tem contribuído, nomeadamente, para a Declaração e Programa de Ação de Durban e para a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”. Em 2019, assumem destaque: o lançamento de três publicações e um seminário internacional, que integrou uma ação de formação.

“[Roteiro Histórico de uma Lisboa Africana Séculos XV-XXI](#)” e “[A Presença Africana em Portugal, Uma História Secular: Preconceito, Integração, Reconhecimento \(Séculos XV-XX\)](#)” são os títulos mais recentes promovidos pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, o

ACM e pela autora, a professora Isabel Castro Henriques, com o apoio da Batoto Yetu Portugal (BYP). As publicações foram apresentadas no dia 17 de julho, nos Paços do Concelho, em Lisboa, num evento organizado por estas instituições, em colaboração com o Município de Lisboa e a BYP, que compreendeu uma visita guiada a alguns dos marcos da presença africana em Lisboa.

A estas soma-se uma terceira, da mesma autora, a brochura “[Mulheres Africanas em Portugal: O Discurso das Imagens](#)”. Uma história da integração, através do trabalho e outras vertentes da vida quotidiana, mas também reveladora de duros preconceitos sociais, desde o século XV ao XX, apresentada durante o [seminário internacional sobre “Interseccionalidade: A situação das mulheres negras e afrodescendentes”](#).

Celebrando ainda o Dia de África, 25 de maio, a iniciativa foi organizada, em parceria, pelo ACM e a Rede Europeia





das Mulheres Migrantes, e reuniu especialistas nacionais e internacionais em desigualdades interseccionais, no auditório do CNAIM de Lisboa, no dia 27 de maio.

Além de um enquadramento do tema, pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e pela equipa de projeto do ACM dedicada à área, a atividade desenvolveu-se igualmente no painel “Interseccionalidade: A situação das mulheres negras e afrodescendentes” e em mesas redondas de partilha de reflexões, experiências e sugestões, sobre “Medidas de integração e contra a discriminação de mulheres negras e afrodescendentes em Portugal”.

O trabalho sobre o tema foi aprofundado, no dia seguinte, 28 de maio, no *workshop* “Uma abordagem à Discriminação Interseccional baseada nos Direitos Humanos”. A sessão foi dinamizada pela Coordenadora de Estratégia e Política da Rede Europeia das Mulheres (ENOMW), e permitiu aos/às participantes, na sua maioria profissionais especializados/as na área das Migrações, explorar o conceito “Interseccionalidade”, numa abordagem baseada nos direitos humanos; identificar os elementos principais que constituem a Discriminação Interseccional, os diferentes motivos de discriminação e a sua interseção, bem como o enquadramento de apoio e proteção existente para pessoas migrantes e refugiadas. A interseccionalidade é uma das dimensões da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, competindo ao ACM o desenvolvimento de vários indicadores incluídos nos Planos que a integram.

O seminário internacional, inserido numa das Medidas do Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2018-2021), foi cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), através do Fundo Social Europeu (FSE), no âmbito do Portugal 2020.

A Década Internacional de Afrodescendentes surge da Declaração e Programa de Ação de Durban, da 3.ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, assentando nos domínios: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e discriminação múltipla ou agravada das pessoas de descendência africana. Neste âmbito, as Nações Unidas urgem os Estados a desenvolver atividades em prol do pleno aproveitamento dos direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas de descendência africana, bem como a sua participação plena e igualitária em todos os aspetos da sociedade.

Prémio 2018
Comunicação



Pela Diversidade Cultural

Prémio Diversidade Cultural 2018

O ACM VOLTOU A PREMIAR TRABALHOS COM UM CONTRIBUTO RELEVANTE PARA A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL, PUBLICADOS E/OU DIFUNDIDOS EM 2018.

A 4.ª EDIÇÃO FOI A MAIS PARTICIPADA DE SEMPRE, COM 65 TRABALHOS A CONCURSO.

“Alfacinhas dos Himalaias – Os nepaleses são a segunda comunidade estrangeira que mais contribui para os nascimentos na MAC” e “Nha Bairro Rio Bom” foram os grandes vencedores da edição de 2018 do Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural”, promovido pelo ACM. Os trabalhos da autoria de Vânia Maia, *Visão*, e de Cláudia Aguiar Rodrigues, *Antena 1*, arrecadaram os galardões nas categorias Diversidade Cultural, em *ex aequo*, Imprensa Escrita e Rádio, respetivamente.

Partindo do facto de, em 2017, a segunda nacionalidade estrangeira com mais nascimentos na Maternidade Alfredo da Costa (MAC), em Lisboa, ter sido a nepalesa, o artigo de Vânia Maia retrata “como vivem os nepaleses na capital portuguesa, quais as suas expetativas, dificuldades e triunfos”. Já “Nha Bairro Rio Bom” é “um trabalho sobre uma antiga fábrica de têxteis na cidade do Porto que serve de morada precária a uma pequena comunidade de cabo-verdianos”.

A cerimónia pública de anúncio e entrega de prémios daquela que foi, até à data, a edição mais concorrida, com 65 trabalhos a concurso, decorreu no Grémio Literário, em Lisboa, a 28 de fevereiro. A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, o Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, a Vogal do Conselho Diretivo do ACM, Romualda Fernandes, e a jurada Sandra Batista, entregaram os troféus, num evento que foi apresentado pelo jornalista José Mussuaili.

Nesta 4.ª edição, os trabalhos a concurso foram avaliados

e distinguidos por um Júri constituído por: Fernando Cascais, Docente de Ciências da Comunicação, na Universidade Católica (presidente de júri); Clara Almeida Santos, Professora Auxiliar no Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da



Universidade de Coimbra; Lívio de Morais, Professor e Artista Plástico; e Sandra Batista, do Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação, do ACM.

O Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural” é promovido pelo ACM, desde 2015, “com o objetivo de premiar trabalhos, publicados e/ou difundidos nos meios de comunicação tradicionais e digitais, com um contributo relevante para a promoção da diversidade cultural, o combate à discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem ou religião e, em particular, para a integração das comunidades imigrantes, refugiadas e ciganas presentes em Portugal”. E, assim, disseminar boas-práticas nos *media*, junto de profissionais de comunicação e jornalismo, bem como de jovens.

Cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do POISE, o concurso anual prevê a participação de profissionais de comunicação social/jornalismo devidamente habilitados/as, de produtores/as de conteúdos, guionistas e/ou argumentistas nas áreas da informação, programação, conteúdos digitais, entretenimento e/ou ficção nacional para televisão, teatro, cinema e/ou multimédia, e também de jovens de idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos.

Promovido por:



Cofinanciado por:



LISTA VENCEDORES DO PRÉMIO 2018

Prémio Diversidade Cultural (*ex aequo*)

“Alfacinhas dos Himalaias – Os nepaleses são a segunda comunidade estrangeira que mais contribui para os nascimentos na MAC”

Vânia Maia, *Visão*

“Nha Bairro Rio Bom”

Cláudia Aguiar Rodrigues, *Antena 1*

Prémio Imprensa Escrita

“Alfacinhas dos Himalaias – Os nepaleses são a segunda comunidade estrangeira que mais contribui para os nascimentos na MAC”

Vânia Maia, *Visão*

Prémio Rádio

“Nha Bairro Rio Bom”

Cláudia Aguiar Rodrigues, *Antena 1*

Prémio Televisão

“A Outra Costa”

Sandra Vindeirinho, *RTP*

Prémio Fotojornalismo

“Migrantes no Mediterrâneo”

José Sena Goulão, *Agência Lusa*

Prémio Órgãos de Informação Regionais e Locais (*ex aequo*)

“Diversidade: Escolas da região têm um mundo dentro das salas de aula”

Marina Guerra, Joaquim Dâmaso, *Semanário Região de Leiria*

“São pequenos mas podem mudar o mundo”

Daniela Castro Soares, *Correio da Feira*

Prémio Jovem

“Pare Ser”

Vanessa Sofia Matos Cabreiras

Menção Honrosa

“Olhares do Mundo”

Cristiana Patrícia Reis Lopes, Katriel Gonzaga Pedro

Prémio Diversidade nos Guiões

“Mar”

Margarida Gil, Rita Benis, Alexandre Midões de Oliveira

Menção Honrosa

“Xavier, o ilusionista”

Henrique Diogo de Castro Ferreira Marques

Saiba mais em www.acm.gov.pt



Trajetórias migratórias em livro, exposição e site

O ACM lançou, no dia 15 de julho, no Palácio Baldaya, em Lisboa, o livro e exposição “Assim Começa – Histórias de Vida: Alexander e Amadou”. A Cerimónia, que contou com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, assinalou também a apresentação do site www.historiasdavid.com, um espaço *online* que além de disponibilizar a obra para *download*, mostra todo o trabalho que rodeou a sua produção.

O livro, da autoria da investigadora Filipa Palminha, tem por base os testemunhos que resultaram das notas escritas por Alexander Kweh e Amadou Diallo, nos percursos das suas desafiantes trajetórias migratórias, enquanto refugiados à procura de proteção internacional. Os dois protagonistas vivem em Portugal, desde 2006, e estão hoje ligados ao associativismo migrante. “Assim Começa...” reflete os percursos de vida de milhares de pessoas migrantes em todo o mundo que caminham em direção à paz e a projetos de vida com futuro. A exposição que acompanha a obra será itinerante, mas até 31 de agosto, estará patente no espaço Baldaya. O site assume também um carácter dinâmico e, de futuro, irá contar novas “histórias da vida” de pessoas imigrantes e refugiadas.



REFUTUR certifica 41 pessoas imigrantes e refugiadas

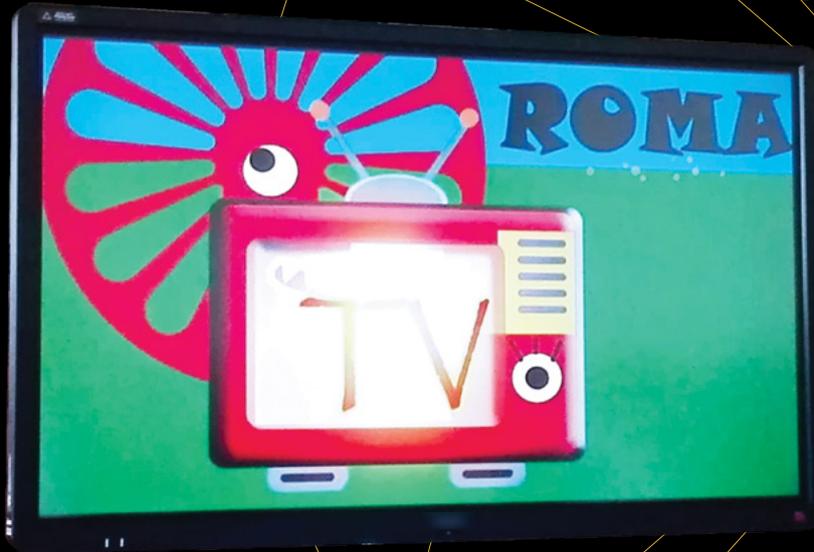


O ACM e o Turismo de Portugal realizaram, no mês de julho, as cerimónias de entrega de certificados aos/às 41 pessoas imigrantes e refugiadas que concluíram, com sucesso, os cursos realizados este ano, em Lisboa e no Porto, no âmbito do REFUTUR – Projeto de Capacitação em Turismo. Os diplomas foram entregues, nos dias 17 e 25 de julho, respetivamente nas Escolas de Hotelaria e Turismo de Lisboa e do Porto.

A formação realizada em Lisboa certificou 23 pessoas imigrantes e refugiadas, na sua maioria oriundas de Angola, Somália, Síria, Brasil, Nepal e Jamaica. Esta Capacitação em Turismo, realizada entre os meses de fevereiro e maio, incluiu duas vertentes: a de Restauração (com nove formandos/as, dos/as quais cinco pessoas

refugiadas e quatro pessoas imigrantes), e a de Alojamento (com um total de 14 alunos/as, todos/as eles/as pessoas refugiadas). No Curso de Restauração, dos/as nove formandos/as finalistas da ação, sete serão já encaminhados/as para estágio. Dois dos/as alunos/as não seguirão para essa fase, pois já estão a trabalhar. No Curso de Alojamento, 13 dos/as finalistas serão colocados/as em estágio, encontrando-se uma pessoa já em situação de trabalho efetivo.

Na formação do Porto, que decorreu entre 7 de janeiro e 26 de março de 2019, apenas na vertente de Restauração, das 11 alunas que finalizaram o curso, 10 foram encaminhadas para estágio e nove já o concluíram. Três das alunas já foram, entretanto, contratadas e duas foram referenciadas, pelos hotéis onde realizaram estágio, às empresas de *outsourcing* que lhes prestam serviço.



AS NOVAS EDIÇÕES DO PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO CIGANO (PAAC) E ROMED – GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO, BEM COMO O PROGRAMA DE DEBATES *CÍRCULOS DE FALA DE MULHERES CIGANAS* E OS TRÊS NOVOS MECANISMOS DE APOIO À INTEGRAÇÃO, SÃO INICIATIVAS DO ACM, LANÇADAS PARA E COM AS COMUNIDADES CIGANAS.

“ROMA TV – Cigana TV”

A Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas lançou, em julho, o seu Projeto “ROMA TV – Cigana TV”, financiado pelo ACM, no âmbito do PAAC 2019. A Presidente e o Vice-presidente desta associação, Olga Mariano e Bruno Gonçalves, respetivamente, pretendem com esta iniciativa “desconstruir mitos e preconceitos através de uma comunicação acessível, que conduza à reflexão de todos e todas e que dê espaço à mudança de mentalidades”.

O principal compromisso é, para Bruno Gonçalves, “com o enriquecimento da diversidade”. Para o responsável, trata-se de “mostrar a realidade sem omitir as dificuldades, revelar o que de bom se faz, sem nunca esconder o que também é menos bom”. Num contexto em que “as sociedades têm uma grande facilidade em criar mitos urbanos e, a partir de uma informação dispersa, fabricarem informação, dando origem às “fake news”, que assolam as redes sociais”, este projeto agora lançado assenta no princípio de que “a Diversidade deve ser comunicada com sensibilidade”.

A aposta é na promoção de uma comunicação responsável, “para que não criem ainda mais estereótipos e imagens negativas”, alerta o Vice-presidente das Letras Nómadas, acrescentando ainda que “a comunicação e os seus

profissionais têm que ser responsáveis por uma pedagogia social direcionada para o enriquecimento da diversidade”.

A assinatura de protocolos com as oito associações de pessoas ciganas que viram os seus projetos aprovados pela 3.ª edição do PAAC decorreu no dia 8 abril, Dia Internacional das Pessoas Ciganas, em presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, que salientado o apoio técnico e financeiro ao associativismo cigano, realçou a “capacidade de iniciativa, de inovação e de participação no desenho e implementação, em conjunto, de uma política pública eficaz na inserção social e empoderamento das pessoas ciganas”.

Os projetos apoiados pelo PAAC 2019 estruturam a sua ação em torno de prioridades como: o incentivo à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania; a promoção do combate à discriminação e sensibilização da opinião pública; o investimento em estratégias de empoderamento das mulheres ciganas; a valorização da história e cultura das comunidades ciganas; o reconhecimento dos valores da cultura cigana no contexto da sociedade portuguesa; e ainda a sensibilização das instituições públicas para a mediação intercultural.

Saiba mais em www.acm.gov.pt



Educação, formação, capacitação e empregabilidade



O lançamento de mais três mecanismos de apoio à integração das pessoas ciganas marcou as celebrações do Dia Nacional da Pessoa Cigana, a 24 de junho. A apresentação das novas ferramentas decorreu durante o Seminário “Acesso à Educação e ao Emprego e a Dimensão Local na Integração das Comunidades Ciganas”, realizado em Tomar, para assinalar a data. A Educação, formação, capacitação e empregabilidade das pessoas ciganas estiveram em foco nesta iniciativa, cofinanciada pelo Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020).

O Programa “Roma Educa”, o Programa de Inserção Socioprofissional das comunidades ciganas e o “Guia para a Conceção de Planos Locais Integração das Comunidades Ciganas (PLICC)” são as três novas ferramentas criadas para apoiar o envolvimento e a integração das pessoas ciganas. A apresentação das medidas coube à Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, que destacou o objetivo central de “garantir o sucesso educativo e a manutenção dos jovens ciganos e ciganas nas escolas, a integração socioprofissional e o trabalho de inserção”. Estes instrumentos deverão ser desenvolvidos em parceria e de forma integrada, aos níveis nacionais e locais, “para dar vez e dar voz” às pessoas ciganas, concluiu a governante.

O “Roma Educa” é um programa de reforço dos percursos educativos das pessoas ciganas que aposta na frequência escolar e no sucesso educativo ao nível do ensino secundário. O projeto prevê a atribuição, já no próximo

ano letivo, de 100 bolsas de estudo a jovens de etnia cigana para a frequência do ensino secundário que incluem um subsídio mensal e a integração num programa de apoio com mentoria individual.

O Programa de Inserção Socioprofissional das comunidades ciganas, que visa a formação, capacitação e qualificação das pessoas ciganas, e promove as potencialidades da sua contratação e a desconstrução de preconceitos no acesso ao emprego junto de potenciais empregadores/as, já viabilizou o arranque de nove projetos neste âmbito. Este Programa é cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), através do Fundo Social Europeu (FSE), no âmbito do Portugal 2020, no montante global de 1,5 milhões de euros.

O “Guia para a Conceção de PLICC” foi elaborado pelo ACM e constituiu-se como um produto das reflexões e práticas de planeamento desencadeadas com o objetivo de replicação do modelo noutros municípios do país.

Os 12 PLICC estão a ser criados por 14 municípios (dois dos planos são intermunicipais), com a coordenação do ACM e cofinanciamento do Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020). Os planos são multissetoriais, considerando as “particularidades da esfera local, nas áreas da educação, da saúde, da habitação, do emprego e formação, do acesso a serviços, da cidadania e não discriminação, da mediação e da igualdade entre homens e mulheres”.

Círculos de Fala de Mulheres Ciganas

Numa aposta no debate entre mulheres ciganas e, também, para celebrar o Dia Internacional das Pessoas Ciganas, em 8 de abril, o ACM lançou o Programa de debates *Círculos de Fala de Mulheres Ciganas*.

O anúncio foi feito no seguimento do Encontro *Mulheres Ciganas Portuguesas no Século XXI*, realizado igualmente no âmbito da efeméride, e que reuniu várias mulheres ciganas numa Tertúlia. A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, presente na ocasião, não deixou de louvar a iniciativa: “foi um momento muito inspirador”, que veio mostrar que “o caminho já está a ser desbravado por estas mulheres para que outras, no presente e no futuro, possam fazer também o seu caminho”. Um percurso “de consciência e orgulho, de capacitação e escolarização, de emprego, de



autonomia financeira e ainda um caminho de referência para os seus filhos e filhas e outras mulheres ciganas”, acrescentou ainda.

ROMED – A Participação Comunitária através da Mediação



As estratégias locais de integração das comunidades ciganas assumem uma nova dimensão com o ROMED 2019 – Governação Democrática e Participação Comunitária Através da Mediação, lançado em janeiro.

Esta 3.^a edição do ROMED, que será executada pela Letras Nómadas, através de protocolo estabelecido com a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, e com a coordenação do ACM, irá dar continuidade à implementação de metodologias locais de integração das comunidades ciganas, através de mediação e participação ativas das próprias comunidades, em articulação com outras medidas de política pública.

Para Rosa Monteiro, este é “um trabalho realizado não apenas para a comunidade cigana, mas sim para toda a sociedade”, apostando-se “numa intervenção local sistematizada e estruturada”. O Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, sublinha que os melhores resultados acontecem

quando se trabalha não apenas “para as comunidades ciganas”, mas sobretudo “através das comunidades ciganas”, envolvendo-as e incentivando a sua participação nas ações planeadas em prol das suas necessidades.

Este Programa, que surge no âmbito do Programa Europeu de Formação de Mediadores, dirige-se a mediadores/as provenientes das comunidades ciganas, com o objetivo central de melhorar a qualidade e a eficácia do seu trabalho, promovendo uma melhor comunicação e cooperação entre as comunidades ciganas e as instituições públicas.

Saiba mais em www.acm.gov.pt



Comunicar estrategicamente a Integração

As estratégias de comunicação e as narrativas comuns utilizadas nas políticas de integração, bem como as barreiras que podem, por vezes, fazer com que as mensagens sejam ignoradas ou mesmo mal interpretadas são os temas centrais do Relatório *Communicating Strategically about Immigrant Integration: Policymaker Perspectives*, publicado pelo Migration Policy Institute (MPI), em janeiro de 2019.

Num cenário em que, segundo o relatório, “os governos de toda a Europa enfrentam novos desafios quando se trata de comunicar as questões de imigração e integração”, “os especialistas em políticas na área da integração de imigrantes nas sociedades europeias sentiram igualmente os efeitos dessas tendências”. De acordo com o MPI, “a integração de imigrantes é uma área política altamente emotiva, na medida em que está também entrelaçada com as políticas desenvolvidas em áreas como a economia, segurança e cultura”, sendo um facto que “mesmo que estes peritos trabalhem no sentido de se comunicar efetivamente com o público sobre os desafios que enfrentam e suas propostas para abordá-los, há pouco



consenso sobre o que constitui uma integração bem-sucedida ou como ela deve ser realizada”.

De acordo com este relatório, baseado em visões compartilhadas em entrevistas de especialistas europeus em comunicação, “as mensagens excessivamente positivas podem ser percebidas como falsas ou fora de sincronia com a realidade, enquanto que as que não refletem as experiências dos públicos ou que não sejam transmitidas por um mensageiro confiável serão provavelmente dispensadas”. Mais ainda: “Muito embora a estratégia de comunicação e o alcance sejam, por vezes, vistos como um complemento de uma política de integração bem elaborada, eles podem ser parte integrante de seu sucesso – ou fracasso”.

Communicating on Migrant Integration Novo site da OCDE destaca campanha portuguesa

“Boas comunicações podem ser uma ferramenta poderosa para apoiar a integração de migrantes” é a máxima do novo site, lançado em maio de 2019, pela **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)**, com o objetivo central de partilhar boas-práticas de comunicação desenvolvidas no âmbito da Network of Communication Officers on Migration (NETCOM), um grupo de trabalho constituído por técnicos e especialistas de Comunicação na área das Migrações, que conta também

com a participação do ACM.

Nos dois encontros anuais de trabalho deste grupo, realizados em junho de 2018 e, mais recentemente, em maio de 2019, partilharam-se experiências, boas-práticas, complexidades na comunicação e as possíveis soluções para ultrapassá-las. A comunicação de estatísticas, bem como os mecanismos capazes de fazer face às “fake news” (“informações falsas”), tantas vezes partilhadas na Internet, sobretudo nas redes sociais, foram outras das

Eurobarómetro 90

Portugueses são os que mais confiam nos meios de comunicação

A televisão é considerada pelos/as portugueses/as como o *media* de eleição, sendo também a fonte mais citada de informação sobre política nacional e União Europeia (UE) e, a par da rádio, também o meio que mais confiança merece. É esta uma das conclusões do [Eurobarómetro Standard 90](#), realizado pela Comissão Europeia, em outubro de 2018, e que alerta ainda para o facto dos/as cidadãos/ãs nacionais, em comparação com a generalidade dos/as europeus/eias, “estarem menos conscientes da exposição a notícias falsas, menos preparados para identificá-las e menos preocupados com este fenómeno”.

De acordo com esta sondagem, mais de dois terços dos/as portugueses/as confiam na televisão (68%) e na rádio (68%), com uma percentagem ligeiramente inferior a manifestar confiança na imprensa escrita (61%). Portugal surge, assim, acima da média europeia em relação aos níveis de confiança para com os três grandes meios de comunicação social tradicionais. Em paralelo, menos de metade dos/as portugueses/as revela confiar na Internet e apenas um em cada quatro cidadãos/ãs nacionais afirma acreditar nas redes sociais *online*. Valores em muito superiores à média dos Estados-Membros da UE.

Em geral, e em conformidade com os níveis de confiança que relevam ter nos seus meios de comunicação social, os/as portugueses/as parecem estar menos conscientes da

exposição a “notícias falsas” e, conseqüentemente, menos preparados/as para identificá-las, bem como menos voltados/as para considerá-las um problema para o funcionamento das democracias do que o conjunto dos/as cidadãos/ãs dos 28 Estados-Membros. O estudo aponta, neste sentido, ao observar que menos de metade dos/as cidadãos/ãs nacionais inquiridos/as afirma ser capaz de identificar notícias deturpadoras da realidade ou falsas, e classificando esta situação como “preocupante e merecedora da maior atenção”.

O Eurobarómetro 90 é um relatório nacional que examina os dados relativos a Portugal em perspetiva comparada com os restantes Estados-Membros da União Europeia, explorando três grandes temas: a avaliação que os/as portugueses/as fazem do atual contexto económico e político, as suas atitudes em relação à UE e as suas opiniões e hábitos em termos de consumo de *media* e informação sobre política nacional e europeia.



temáticas abordadas.

A Campanha portuguesa “E se fosse eu? Fazer a mochila e partir”, lançada em abril de 2016, pela Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), em colaboração com o ACM, Direção-Geral da Educação (DGE) e Conselho

Nacional de Juventude (CNJ), é uma das iniciativas em destaque neste novo *site*. Recorde-se que esta ação de sensibilização, direcionada a crianças e jovens, foi realizada em várias escolas do país com o propósito de alertar para as dificuldades que as pessoas refugiadas enfrentam na procura de proteção humanitária.

Cada aluno/a foi desafiado/a a levar a sua mochila com os bens que transportaria se estivesse no lugar de

uma pessoa refugiada (através de imagens ou, se possível, em formato físico), partilhando a razão da sua escolha. Às escolas e aos/às docentes que aderiram à atividade, disponibilizou-se igualmente um guião com sugestões de abordagem e indicação de materiais de apoio.

Gilles Spielvogel

“COMUNICAR AS QUESTÕES RELATIVAS À MIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO É DESAFIANTE”



DA DIVISÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES, DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE), FALA-NOS SOBRE O LUGAR DA COMUNICAÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE, DOS SEUS DESAFIOS E OPORTUNIDADES. EM DESTAQUE, NESTA ENTREVISTA, ESTÃO AINDA AS DUAS INICIATIVAS RECENTEMENTE CRIADAS NESTA ÁREA PELA OCDE: A NETWORK OF COMMUNICATION OFFICERS ON MIGRATION (NETCOM), QUE CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DO ACM, E O NOVO WEBSITE COMMUNICATING ON MIGRANT INTEGRATION.

P: Na era do digital e da "hipermediatização", qual é o lugar da Comunicação? E, em particular, qual o lugar da comunicação sobre Diversidade (englobando-se aqui tópicos como: Migração, Minorias, Integração, Diversidade Cultural, Igualdade, Diálogos Intercultural e Inter-Religioso...)?

R: Nas últimas décadas ou mesmo anos, houve muitas mudanças no campo da comunicação. Cada vez mais pessoas passam muito mais tempo conectadas a vários potenciais canais de comunicação, tornando-se as redes sociais ferramentas de comunicação proeminentes.

Há também uma diversidade crescente de atores capazes de disseminar mensagens e isso é claramente um desafio para comunicadores institucionais. Assim, num contexto em que a comunicação está em toda parte, o peso dos atores tradicionais, inclusive no governo, está a decrescer, enquanto o papel das plataformas sociais está a aumentar na medida em que controlam parcialmente o conteúdo ao qual as pessoas têm ou não acesso.

Há, de facto, diferentes tópicos relacionados com a Diversidade, conforme referem na questão, onde a comunicação é certamente útil. Penso, no entanto, que há que fazer uma distinção entre eles. Todos concordamos que a comunicação sobre as políticas de migração é tão importante como a comunicação sobre a diversidade cultural. No entanto, são dois assuntos muito diferentes, e quando se comunica sobre eles, provavelmente não se pretende misturar mensagens: há objetivos diferentes, intervenientes diferentes e, provavelmente, públicos diferentes.

P: Da mesma forma, quais são os principais desafios hoje? E as principais oportunidades?

R: Os Ministérios e agências responsáveis pela área das Migrações e pela promoção da integração de imigrantes têm a necessidade constante de comunicar o seu trabalho ao público em geral ou a intervenientes específicos. Contudo, comunicar as questões relativas à Migração e à Integração é desafiante.

As migrações continuam, na verdade, a ser uma questão polarizada, sendo o debate público sobre Migração e Integração dirigido, muitas vezes, a pessoas com visões bastante extremas. Também sabemos que as atitudes em relação a estas questões são frequentemente determinadas por valores pessoais intrínsecos, o que tende a enfraquecer o impacto da comunicação baseada em fatos.

Além disso, Migração e Integração são temas complexos, que envolvem frequentemente compromissos políticos, desafios diferenciados de curto e longo prazo e várias partes intervenientes. O novo modelo de negócio existente nos *media*, com restrições de tempo e espaço mais rigorosas e com menos jornalistas especializados, torna particularmente desafiador a comunicação de tópicos tão complexos. Mais ainda, áreas como a Migração e a Integração são responsabilidades frequentemente partilhadas entre ministérios e níveis de governo, pelo que o desenvolvimento de estratégias de comunicação pode ser mais difícil do que em outras áreas.

P: Esses desafios e/ou oportunidades podem explicar a criação da Network of Communication Officers on Migration (NETCOM) da OCDE em 2018? O que inspirou a criação desta rede?

R: Os profissionais de comunicação que trabalham nas autoridades nacionais e locais responsáveis pelas questões relativas à Migração e à Integração enfrentam esses desafios diariamente e, como tal, desenvolveram estratégias e meios inovadores para abordá-los, utilizando inclusivamente os meios de comunicação social, grupos focais, campanhas de comunicação específicas, entre outros.

A OCDE criou, em 2018, a *Network of Communication Officers on Migration* (NETCOM) como um espaço para partilhar essas experiências entre os pares. Esta Rede reúne oficiais de comunicação e assessores políticos que trabalham nos ministérios e agências relevantes dos países da OCDE para discutir objetivos e desafios de comunicação nas áreas da Migração e da Integração e ainda partilhar boas-práticas. O objetivo desta rede é criar um espaço para troca e observação de experiências concretas e estudos de caso. Ao longo do tempo, esta nova rede contribuirá para facilitar os intercâmbios entre países e departamentos, e também para melhorar a coordenação.

P: A partir da sua experiência e dos resultados das duas reuniões da rede já realizadas, qual é a sua perceção geral da Comunicação sobre Diversidade na Europa? E em Portugal?

R: Nos últimos anos, muitos países e cidades europeias fizeram um grande esforço para desenvolver estratégias de comunicação centradas nestas questões, e Portugal tem estado claramente na vanguarda, por exemplo, com a campanha "E se fosse eu? Fazer a mochila e partir", um grande exemplo de cooperação entre diferentes órgãos governamentais.

Mas, claramente, em muitos países europeus ainda há muito a ser feito, especialmente em termos de cooperação entre governos nacionais, autoridades locais e outros intervenientes, como as Organizações Não Governamentais (ONG). Uma das dificuldades é que esses diferentes atores têm intervenções muito diferentes nas áreas da Migração e da Integração e, portanto, têm também uma agenda de comunicação, abordagens e mensagens muito distintas. Esta situação pode confundir alguns dos seus públicos.

P: Na sequência destas reuniões, a OCDE lançou em maio de 2019 um site centrado na Comunicação sobre a Integração de Migrantes. Quais são os principais objetivos desta nova ferramenta? Esta é também uma forma de promover uma comunicação adequada sobre Diversidade? Como?

R: Este novo *website* da OCDE *Communicating on migrant integration*, lançado em maio de 2019, foi criado para divulgar campanhas de comunicação e projetos existentes na área da Integração, Diversidade e Antidiscriminação. Existe também um *blogue* para publicar peças escritas por comunicadores e jornalistas, abordando as suas experiências profissionais quando comunicam sobre estas temáticas. Também fornecemos *links* de acesso a publicações e dados relevantes da OCDE, que podem ajudar os especialistas em comunicação a ter um maior acesso a factos atualizados e a análises, não só sobre o próprio país, mas também

sobre outros países, permitindo assim trabalhar em análises comparativas.

Um dos principais objetivos deste *site* é chegar a outros intervenientes nestas matérias e, por isso, envolvidos na comunicação sobre a Integração, especialmente autoridades regionais e locais, bem como ONG ligadas a esta área, orientando-as no sentido de desenvolver abordagens de impacto efetivo. Embora esses atores não estejam envolvidos no mesmo tipo de ações que os ministérios e agências nacionais, partilham o desafio de comunicar a Integração da melhor forma.

Os exemplos de boas-práticas, úteis para os/as comunicadores/as que trabalham para uma agência do governo envolvida na Integração, também serão relevantes para os/as colegas que trabalham em tópicos semelhantes numa cidade grande ou numa ONG.

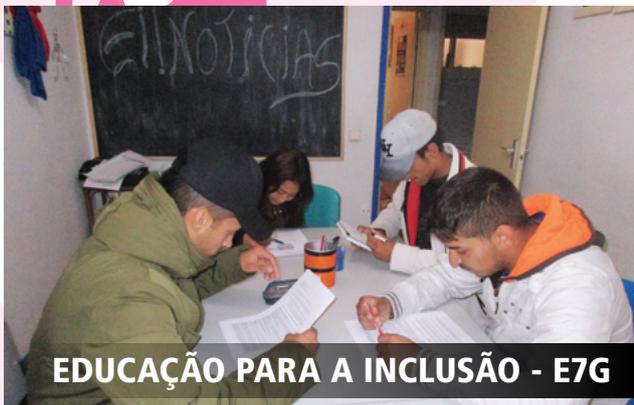
P: O que define uma “boa comunicação” sobre Diversidade? Até que ponto as “boas comunicações” podem ser uma ferramenta poderosa para apoiar a Diversidade? Quais as práticas recomendadas que destacaria?

R: É muito difícil definir o que é “boa comunicação”, especialmente num tópico como a Diversidade, pois essa é uma definição que depende do público e do contexto. Por exemplo, ao comunicar-se sobre Diversidade para jovens e idosos, usamos provavelmente ferramentas e mensagens diferentes para cada um destes grupos. O mesmo se aplica ao tipo de localidade (grandes cidades *versus* pequenas aldeias). Embora haja princípios orientadores sobre como comunicar de forma eficiente e claramente, sobre o que fazer e o que não fazer, devemos recordar também que não há uma maneira única de se comunicar bem sobre a Diversidade: muitas abordagens diferentes podem funcionar e pode realmente ser útil experimentá-las.

“NOS ÚLTIMOS ANOS, MUITOS PAÍSES E CIDADES EUROPEIAS FIZERAM UM GRANDE ESFORÇO PARA DESENVOLVER ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO CENTRADAS NESTAS QUESTÕES, E PORTUGAL TEM ESTADO CLARAMENTE NA VANGUARDA, POR EXEMPLO, COM A CAMPANHA 'E SE FOSSE EU? FAZER A MOCHILA E PARTIR', UM GRANDE EXEMPLO DE COOPERAÇÃO ENTRE DIFERENTES ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS.”

PROGRAMA ESCOLHAS

PARA OS PROJETOS DA SÉTIMA GERAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLHAS (E7G), DO ACM, TU DECIDES +, CERCAR-TE, EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO E ESCOLHE VILAR, A COMUNICAÇÃO DA DIVERSIDADE É UM OBJETIVO CENTRAL. CONHEÇA ALGUMAS DAS INICIATIVAS QUE TÊM DADO NOVAS PERSPETIVAS ÀS FORMAS DE COMUNICAR.



EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO - E7G

A dinamização comunitária na Comunicação

Este projeto Escolhas, a intervir em Fafe, está atualmente a desenvolver a iniciativa “Ei! Notícias”, uma ação assente na produção e divulgação de notícias, que vai muito além de ser apenas uma atividade de âmbito informativo, que dá a conhecer as atividades desenvolvidas. “Reveste-se também de um caráter de dinamização comunitária que lhe dá vida e que multiplica os benefícios no processo de intervenção social em curso”, esclarece o Coordenador João Silva.

O “Ei! Notícias” envolve, desde logo, as crianças e jovens participantes numa oportunidade especial: “Os miúdos podem ensaiar o papel de jornalistas, assumindo a recolha, redação e difusão das notícias, numa interação com diversos agentes e com um olhar atento sobre a realidade do bairro e dinâmica do projeto”, explica este responsável, salientando que os canais de informação utilizados “têm sido os mais diversos, com destaque para o contacto direto com as pessoas”.

Esta ação tem vindo assim a marcar posição e a tornar-se “fundamental e estratégica, comunicando o que fazemos e como o fazemos, estabelecendo pontes entre pessoas e culturas dentro do próprio bairro, aproximando-o da comunidade Fafense e rebatendo estigmas”, realça João Silva.



ESCOLHE VILAR - E7G

“Construir um mundo mais equilibrado”

A comunicação da Diversidade deve assumir “um papel de extrema importância nos Projetos Escolhas”, assegura a Coordenadora do Escolhe Vilar - E7G, Irene Freitas. “A transmissão de informação tem de ser clara e objetiva, sem receios e abrangente. A comunicação deve dar respostas a todos, respeitando a individualidade de cada um, de forma a construir um mundo mais equilibrado”, considera.

Neste sentido, as iniciativas RadioActive 101 e D’Este Jornal, bem como os Cursos de captação e edição de vídeo, áudio e imagem são algumas das principais ações deste projeto de Vila Nova de Gaia.

O RadioActive 101 procura desenvolver e implementar uma plataforma na Internet para uma rádio pan-europeia, ligada a metodologias pedagógicas inovadoras, a desenvolver junto das comunidades juvenis, com o propósito de abordar temas como a Inclusão e a Cidadania Ativa “de uma forma original e estimulante”. Neste momento, O Escolhe Vilar - E7G assume a coordenação nacional desta iniciativa.

“Um maior envolvimento com a comunidade e população em geral, através da divulgação”, constitui o objetivo primeiro de uma outra ação deste projeto do Norte: o D’Este Jornal. Com uma periodicidade mensal, esta publicação pretende envolver ativamente os jovens, promovendo dessa forma o desenvolvimento das suas competências comunicacionais.



“Fomentar o respeito pela diversidade”

O projeto da Guarda promove várias atividades na área da comunicação. Destaque para a *Newsletter*, que procura, duplamente, “sensibilizar para os problemas e potencialidades do território de intervenção e dar a conhecer as atividades realizadas pelo projeto”; e para o trabalho de Fotografia e de Vídeo, “que pretende desenvolver o pensamento crítico e a compreensão das perspetivas, necessidades e problemáticas pessoais e coletivas”, explica a Coordenadora do Tu Decides + - E7G. Para Elisabete Pires, a divulgação e promoção do respeito pela diversidade é um claro objetivo.

A comunicação deve ser, em seu entender, um princípio estratégico dos projetos Escolhas, para dar a conhecer, não só, as suas atividades e iniciativas, mas também, a diversidade dos contextos de intervenção. “É a comunicação que fomentará o respeito pela Diversidade!”

A Diversidade deve ser, por isso, “comunicada de forma constante, clara, natural e refletir a realidade de cada projeto”, considera a responsável. “A *Newsletter* e as nossas iniciativas na área da fotografia e captação e edição de vídeo permitem refletir a comunidade, promovendo ativamente o diálogo e a aceitação mútua, permitindo 'olhar' para novos pontos de vista”, acrescenta ainda.

Para Elisabete Pires, “a verdadeira comunicação para a diversidade deve ser plural, mostrar diferentes pontos de vista e realçar a importância dessa pluralidade, sendo essencial refletir e avaliar, de forma regular, para percebermos se estamos realmente a comunicar a Diversidade”.

O Tu decides + - E7G defende “a partilha de práticas de comunicação para a diversidade, assim como um papel ativo dos participantes para que melhor possam conhecer e partilhar as suas vivências”.



Divulgar a criatividade da comunidade

A vontade de comunicar todas as iniciativas desenvolvidas, nomeadamente nas áreas da música, canto, teatro e desporto, abriu portas à criatividade, talento e capacidade de iniciativa dos/as jovens deste projeto do Porto.

“A participação no RadioActive 101 colocou-se em 2013”, conta Nuno Ferreira, coordenador do Cercar-te - E7G: “na altura, não foi possível participar nessa fase inicial, mas ficou-nos sempre na mente a vontade de comunicar através da Rádio”. Em 2017, o projeto abriu-se a novas parcerias, “aceitámos o desafio imediatamente! Finalmente, tínhamos na mão a possibilidade de mostrar todas as nossas ações e atividades que, por questões logísticas, tinham menos visibilidade”. E acrescenta: “Somos conhecidos pelos resultados que temos tido na área do desporto, com o *Rugby*, mas fazemos tanta coisa nas áreas da música, do canto, do teatro e afins, que era urgente encontrar uma ferramenta que nos permitisse mostrar isso tudo ao exterior”.

Comunicar com a comunidade, o nosso público-alvo, é fulcral. “Se as ferramentas de comunicação incluírem a participação, ou forem pensadas em conjunto com as nossas crianças e jovens, mais eficazes se tornam”, destaca o coordenador.



Nova edição das Estatísticas de Bolso da Imigração

O Observatório das Migrações (OM), equipa de projeto do ACM, lançou uma nova edição das **Estatísticas de Bolso da Imigração** (2019), de Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes, para destacar o tema da População Imigrante no mês em que se assinalou o Dia Mundial da População, a 11 de julho.

Com as Estatísticas de Bolso da Imigração, o OM pretende continuar a contribuir para a desconstrução de falsas perceções acerca da imigração em Portugal, trabalho que desenvolve há quase duas décadas. A partir desta publicação, os/as leitores/as poderão adquirir um entendimento objetivo e factual da situação das pessoas estrangeiras residentes em Portugal em várias dimensões e em formato de pergunta-resposta às principais interrogações sobre a imigração e integração de pessoas imigrantes em Portugal. Esta publicação analisa dados da

última década para o período de referência entre 2008 e 2018.

A falta de informação pode alimentar mitos e estereótipos errados e influenciar negativamente a perceção dos cidadãos e das cidadãs sobre a imigração e os reais contributos das pessoas imigrantes para o país. Resulta, assim, que a recolha, sistematização, análise e disseminação de informação estatística isenta e rigorosa acerca da imigração, constituem-se como atribuições da maior relevância do Observatório das Migrações. Pretende-se, portanto, sustentar um melhor conhecimento da imigração no país, respondendo também às várias solicitações de profissionais, académicos, decisores políticos e da sociedade portuguesa em geral.

Saiba mais em www.om.acm.gov.pt

COMO SERÁ A DIVERSIDADE COMUNICADA PELOS *MEDIA* EM PORTUGAL? NAS REDES SOCIAIS? E PELAS INSTITUIÇÕES EM GERAL? A *ACM EM REVISTA* RECOLHEU ALGUMAS RESPOSTAS JUNTO DE PESSOAS IMIGRANTES, COLABORADORAS DO ACM, QUE DECIDIRAM REALIZAR O SEU PROJETO DE VIDA NO PAÍS.

“Deveria comunicar-se de uma forma ainda mais próxima das comunidades e dando-lhes voz. Por exemplo, os *media* deveriam falar mais sobre como vivem as comunidades, dar a conhecer as pessoas e as suas culturas. Isso criaria maior proximidade e facilitaria a integração.”

Moin Ahamed | Bangladesh



“Os *media* deviam divulgar mais informação sobre as diversas atividades e iniciativas das comunidades de imigrantes em Portugal. A comunicação da Diversidade poderia ser, desta forma, mais abrangente.”

Lyudmyla Tkachuk | Ucrânia



“A comunicação da Diversidade deveria ser, mais vezes, traduzida em várias línguas e devia apostar-se, progressivamente, em folhetos informativos. Os meios de comunicação social transmitem a informação de uma forma fiel e adequada. Penso que somos bem retratados.”

Bin Guan | China



“Podemos comunicar e informar, através das redes sociais, aproxima-nos uns dos outros e do mundo. Os *media* também são muito importantes e penso que informam bem sobre os temas da Diversidade. A comunicação escrita é importante para quem não domina a língua portuguesa, pois ao lermos as informações aprendemo-la melhor.”

Mina Bakkas | Marrocos



“Seria muito interessante se existisse uma maior aposta na produção de programas de televisão, para todos os canais, generalistas e temáticos, que falassem sobre todas as culturas e que assim dessem a conhecer como vive cada comunidade imigrante. Isso facilitaria que uns e outros se conhecessem melhor.”

Areosvaldo Nancassa | Guiné-Bissau





CÁTIA ALMEIDA

COORDENADORA DO GABINETE DE APOIO À COMISSÃO PARA A IGUALDADE CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (CICDR)

CICDR, A LEI E A COMUNICAÇÃO

A COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (CICDR) FUNCIONA JUNTO DO ACM, É UM ÓRGÃO DE CONSTITUIÇÃO PLURAL ESPECIALIZADO NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL QUE TEM POR MISSÃO PREVENIR, PROIBIR E SANCIONAR PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS EM RAZÃO DA PERTENÇA A DETERMINADA ORIGEM RACIAL E ÉTNICA, COR, NACIONALIDADE, ASCENDÊNCIA E TERRITÓRIO DE ORIGEM NOS TERMOS ESTABELECIDOS NA LEI N.º 93/2017, DE 23 DE AGOSTO.

P: O que se entende por Direito da Comunicação?

R: O Direito da Comunicação pode definir-se, de forma sucinta, como a disciplina que cursa os normativos do Direito específicos de cada área da comunicação, incluindo o Direito da Informação, da Publicidade e do *Marketing*, do Audiovisual e da Comunicação Multimédia, das Telecomunicações, dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, bem como os conceitos e princípios jurídicos relevantes para o exercício das diversas profissões no âmbito da comunicação social, como a liberdade de expressão e informação.

P: O que é o direito à liberdade de expressão?

R: A liberdade de expressão é antes de mais um direito universal, que tem acolhimento na generalidade dos documentos de direito internacional relativos aos Direitos Humanos, como é o caso, desde logo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em Nova Iorque, em 1948 (art.º 19.º), da Convenção Europeia dos Direitos

Humanos, de 1950 (art.º 10.º) – nas versões originais constava a designação “Homem” tendo sido alterada por “Humanos” – e do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, de 1966 (art.º 19.º).

A Constituição da República Portuguesa consagra na 1.ª parte do n.º 1 do artigo 37.º que “*todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.*”, não podendo o exercício destes direitos “*ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura*” (n.º 2).

Assim, é legítimo dizer que o texto constitucional garante a todas as pessoas o direito de se manifestarem livremente e a emitir as respetivas ideias e opiniões, por todas as formas de expressão, e divulgá-las, seja para informar ou apenas para comunicar, sem que esteja sujeito a impedimento ou censura.



P: Quem são os titulares do direito da liberdade de expressão e de informação?

R: São sujeitos do direito à liberdade de expressão e informação não só todas as pessoas que fazem da utilização e difusão da informação profissão, mas também todos os cidadãos e todas as cidadãs.

P: O direito à liberdade de expressão é ilimitado?

R: O texto Constitucional, no artigo 37.º, n.º 3 dispõe que *“as infrações cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais do direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo tal apreciação respetivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente nos termos da lei.”*

Daqui decorre que o exercício do direito de exprimir e divulgar livremente o pensamento, não é ilimitado, e que a respetiva infração pode conduzir à punição penal ou contraordenacional.

P: O direito à liberdade de expressão tem limites?

R: A liberdade de informação, como direito, liberdade e garantia constitucional, só pode ser restringida para salvaguarda de outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

Quaisquer restrições a este direito devem pautar-se por critérios de adequação e proporcionalidade ao fim a que se destinam.

Neste sentido os limites são, desde logo, a salvaguarda e respeito pelos direitos ligados à dignidade da pessoa humana, também constitucionalmente protegidos. A título de exemplo atente-se o direito à integridade moral (artigo 25.º, n.º 1) e o direito ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar (artigo 26.º, n.º 1). O mesmo é dizer que a ofensa da integridade moral, ou a violação do direito ao bom nome e à reputação de uma pessoa, não é de *per si* justificável com o direito à liberdade de expressão ou de informação, que encontra limites para que estes outros direitos da dignidade da pessoa humana encontrem também formas de realização.

P: Que consequências podem resultar da utilização (abusiva) ilegítima do direito de liberdade de expressão?

R: Da utilização ilegítima do direito à liberdade de expressar a opinião ou de informação podem resultar diferentes responsabilidades, consoante se trate de contraordenação ou de crime. A primeira, do foro administrativo, cuja apreciação dependerá de uma entidade administrativa investida de poderes públicos sancionatórios, e a segunda, do foro penal, que é tramitada nos tribunais judiciais.

P: Que ilícitos contraordenacionais podem resultar da utilização (abusiva) ilegítima do direito de liberdade de expressão?

R: Para ilustrar a responsabilidade contraordenacional, decorrente do que pode consubstanciar a utilização ilegítima do direito da liberdade de expressão, por mera hipótese de raciocínio, imagine-se, que uma pessoa singular, a coberto da liberdade de expressão, emite uma declaração publicamente em virtude da qual uma pessoa ou grupo de pessoas seja insultado ou aviltado em razão da pertença étnica ou cor da pele. Deste modo pratica o ilícito típico contraordenacional previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, incorrendo numa sanção punível com coima graduada entre uma e dez vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

Neste caso é competente para realizar as diligências instrutórias o Alto Comissariado para as Migrações, competindo à CICDR apurar a responsabilidade e aplicar a coima concretamente aplicável.

P: Que ilícitos criminais podem resultar da utilização (abusiva) ilegítima do direito de liberdade de expressão?

R: A este respeito, a título de mero exemplo, imagine-se uma eventual situação em que é proferida publicamente uma expressão atentatória da dignidade de uma pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua origem étnica ou racial, cor, nacionalidade, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de género ou deficiência psíquica, o seu autor poderá incorrer, em abstrato, no crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 240.º do Código Penal, punível com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

P: Onde posso apresentar queixa?

R: Todas as queixas podem ser apresentadas junto dos órgãos de polícia criminal e das forças de segurança. Pode ser igualmente apresentada queixa junto da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial cujo funcionamento é assegurado pelo Alto Comissariado para as Migrações.

P: Quais as formas para apresentação de queixa?

R: As queixas podem ser apresentadas pessoalmente, junto do Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico da CICDR, por correio postal endereçado ao Presidente da CICDR e remetido para a sede do ACM, I.P., sita na Rua Álvaro Coutinho, n.º 14, 1150-025 Lisboa, e ainda através da plataforma *online* de apresentação de queixa em www.cicdr.pt/queixa.



São hoje muito poucos os países da União Europeia que se podem dizer livres dos extremismos nos seus parlamentos nacionais. No caso da extrema-direita, Luxemburgo, Irlanda e Portugal serão neste momento as raras exceções. Mas é bom lembrar que esses extremismos vão do populismo nacionalista e xenófobo a um outro extremo oposto que procura aproveitar-se das dificuldades inerentes aos processos de acolhimento e integração, desde logo para procurar capitalizar as dificuldades de quem chega a um novo país.

Esta crescente polarização tem encontrado em Portugal, como mostraram as recentes eleições de maio, pouca ou nenhuma adesão. Alguns alegam que tal se deve ao número reduzido de cidadãos estrangeiros em Portugal. Não creio que essa pista tenha grande fator explicativo. Outros países há na UE que têm, em termos relativos ou absolutos, menos estrangeiros que Portugal e é, precisamente nesses lugares, que mais resistências encontramos. Alguns alegam que se deve à nossa tradição de país de emigração e que isso explicaria um sul da Europa mais propenso à imigração. Mas a Andaluzia, dos nossos vizinhos espanhóis, veio levantar dúvidas sobre esse argumento.

Num extraordinário ensaio da Fundação porCausa, sediada em Espanha, intitulado “*la Franquicia Anti-Migración*”¹, procuraram-se as causas profundas para a mudança dessa narrativa em Espanha. Muitas dessas reflexões parecem-me úteis e transponíveis para a realidade portuguesa. No século XXI, os populismos estão a combinar antigas e novas fundações de temores ideológicos, aproveitando tempos de incertezas, para formar uma versão própria que infelizmente ganha espaço em várias geografias do Mundo. Em cada um desses lugares, partidos, *think tanks* e organizações da sociedade civil conseguiram levar ao poder um discurso que questiona os valores das democracias liberais, o multilateralismo e um modelo de globalização que consideram uma ameaça à sua identidade e interesses. Complementarmente, os promotores destas narrativas possuem canais de *marketing* e ferramentas que usam estrategicamente.

¹<https://porcausa.org/articulo/la-franquicia-antimigracion/>



PEDRO CALADO
ALTO-COMISSÁRIO PARA AS MIGRAÇÕES

De acordo com a Fundação porCausa, um dos erros dos últimos anos tem sido o de não percebermos os argumentos de quem está contra o globalismo, as migrações e a visão mais cosmopolita das nossas sociedades. Genericamente, esses argumentos são os seguintes:

1 – A mobilidade humana é vista em geral como um fracasso dos países de origem, assumindo-se que todos querem deslocar-se;

2 – A rejeição de estrangeiros é ampliada no caso de alguns migrantes. Em particular usam-se três recursos: a islamofobia, a aporofobia "medo dos pobres" e a criminalização "o migrante, especialmente o irregular, como suspeito";

3 – A retórica anti-migração explora argumentos económicos "roubam empregos e desgastam os serviços públicos", de identidade "a diversidade destrói o nosso modo de vida" e de segurança "a ameaça que vem de fora sob a forma de crime e terrorismo";

4 – O nacionalismo torna-se o meio eleitoral para recuperar a soberania e o controlo dos Estados.

O recurso à desinformação (mentir, contar apenas uma parte da história ou ampliar posições académicas marginais) tornou-se uma estratégia clara que amplia as suas ações através das redes sociais, por exemplo recorrendo às "fake news" ("informações falsas"), à micro-segmentação das mensagens aos destinatários e ao questionamento da agenda social e ambiental dos democratas globalistas. Também é comum usarem-se narrativas disruptivas que transcendem o politicamente correto para atrair o eixo do debate público (ex. Plano Kalergi), estabelecendo o quadro de discussão na contradição de factos com teorias conspiratórias.

Responder pragmaticamente às ansiedades dos/as que preconizam estes movimentos parece-me fundamental. Assim, à ideia de que a mobilidade humana é vista em geral como um fracasso dos países de origem, assumindo-se que todos querem deslocar-se, devemos responder com a naturalização da mobilidade humana (por exemplo, sabia que, **no Mundo, apenas 3% das pessoas são migrantes?** Sabia que **em Portugal tendemos a sobrestimar o número de estrangeiros**

numa proporção de 1 para 4?).

À rejeição de estrangeiros, ampliada no caso de alguns migrantes, em particular a islamofobia, a aporofobia e a criminalização, respondemos com a memória e a ideia de comunalidade (a propósito, sabia que **10.000 portugueses foram acolhidos nos EUA enquanto refugiados nos anos 50 através do Azorean Refugee Act?** E que **mais de um milhão foi "a salto" para Paris?**).

À retórica anti-migração que explora argumentos económicos, de identidade e de segurança, ripostamos com a evidência dos factos (sabia que, **em 2018, o contributo para a Segurança Social dos estrangeiros em Portugal foi de 651,3 milhões de euros?** Sabia que **os estrangeiros estão mais integrados no mercado de trabalho que os portugueses?**).

Recentemente, os dados do Eurobarómetro *Standard* revelaram que alguns dos temas que mais inquietam os povos europeus, como "imigração", "crime" e "terrorismo", são quase ignorados pelos portugueses/as. O caso de "pessoas migrantes" é o mais paradigmático, dado que, em Portugal, é citado apenas por 3% de inquiridos como a sua maior preocupação, enquanto no restante do Velho Continente chega aos 21%.

Continuarmos a pautar as nossas narrativas sobre o tema das migrações com base em **Factos** (não Medos), em **Memória** (não Mitos) e com a coragem cívica de tratarmos este tema como gostamos de ver tratado noutras geografias quando o Outro somos Nós, portugueses/as, é fundamental para nos continuarmos a distinguir pela positiva num Mundo onde, noutras geografias, estas matérias estão a ser tratadas de formas vergonhosas e lastimáveis.

Por isso, e em conclusão, à proposta do nacionalismo como meio eleitoral para recuperar a soberania e o controlo dos Estados, acenamos com a coragem política e com a ação cívica determinada de mostrar que outras soluções são possíveis, estão em curso e apresentam resultados.

Os meses que se seguem serão uma prova à forma como comunicaremos as migrações. Será um teste a toda a nossa sociedade mas estou certo de que estaremos à altura do desafio.

ASSIM COMEÇA

HISTÓRIAS DA VIDA

ALEXANDER . AMADOU

POR FILIPA PALMINHA



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETARIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Já disponível em www.historiasdavid.com